



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SILVANEI DA SILVA SANTOS

**SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE E O FIM DA
ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE**

BRASÍLIA
2016

SILVANEI DA SILVA SANTOS

**SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE RIO-GRANDENSE E O FIM DA
ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Balaban.

BRASÍLIA

2016

SILVANEI DA SILVA SANTOS

**SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE RIO-GRANDENSE E O FIM DA
ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE**

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Marcelo Balaban (Orientador)

Departamento de História UnB

Professor Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueról (Membro Interno)

Departamento de História UnB

Professor Dr. André Cabral Honor (Membro Interno)

Departamento de História UnB

Data da defesa: 08 de julho

BRASÍLIA

2016

Para vó Maria e tia Simone

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

As pessoas que cruzam o nosso caminho, de alguma forma, contribuem para a nossa formação como ser humano, seja através de atitudes boas ou não. Desta forma, sou grato a todos aqueles com quem tive a oportunidade de conviver e aprender, ainda que em curto tempo, ao longo destes anos.

Este trabalho deu-se graças a colaborações de inúmeras pessoas. Porém, ainda que pareça fácil, agradecer talvez possa ser um ato tênue e difícil, por correr o risco de não reconhecer ou citar alguém. Mas, ainda assim, assumo o risco e citarei “a memória do coração”, definição do filósofo grego Antístenes para gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus pela sabedoria, força e a vida. Assim como pela minha família, a base fundamental para a construção deste caminho. E, também, por ter concedido uma pessoa tão especial para caminhar ao meu lado, minha esposa.

Na UnB sou grato pelos professores com quem tive oportunidade de ter contato, todos somaram, de alguma forma, para a minha graduação. Em especial, o professor Marcelo Balaban, que, perante meu pessimismo, em inúmeros momentos acreditou mais que eu neste trabalho. Além do que, por aceitar orientar um aluno “perdido” sobre o que pesquisar. Com certeza, sem sua orientação este trabalho não haveria chegado até aqui, talvez nem tivesse sido iniciado. Ainda na UnB, da mesma maneira agradeço aos amigos (a) que fiz, muito obrigado pelas conversas, brincadeiras e discussões. Em especial, destaco o Paulo, cuja amizade se estendeu além da academia. Paulo obrigado pelas caronas, conselhos e conhecimento compartilhados. Da mesma forma, mais recentemente, à Vanessa agradeço pelas dicas de pesquisa e palavras otimistas de que este trabalho seria concluído. Por último, agradeço a todos os integrantes da disciplina “Tópico de Metodologia em História Social”, com os quais tive o privilégio de compartilhar as tardes de sextas-feiras, em que pude adquirir muita aprendizagem e conhecimento com os debates enriquecedores.

Aos professores (Luís Paulo e André Honor) que formaram a banca quero destacar minha gratidão pelas críticas, sugestões e dicas que servirão não apenas para esta pesquisa, mas para toda a vida acadêmica.

Ao Rio Grande do Norte, local em que iniciei o curso de História, sou grato pelas oportunidades, conquistas e amizades. Às oportunidades no Rio Grande do Norte, em primeiro lugar, devo agradecer a tia Simone, a responsável pela minha ida para este local em que pude abrir minhas expectativas, minha eterna gratidão. Aos amigos que fiz neste local,

agradeço, em especial, Alexandre por compartilhar um pouco do seu conhecimento comigo, por quem eu torço para que consiga todas as vitórias que almeja. Amigo, de alguma forma você contribui para que eu chegasse até esta etapa.

À minha família o agradecimento mais profundo, pois vocês são a base de tudo. Em especial, agradeço aos meus pais (Meire e Ivan), que sempre incentivou e cobrou dedicação nos estudos. Meu pai que sempre dizia: “A única coisa que eu posso te dar é a oportunidade de estudar, que eu não tive!”. Pai, muito obrigado por esta oportunidade. Já minha mãe que acompanhou e apoiou meus estudos, obrigado pelas palavras otimistas, orações, e confiança de que tudo daria certo, sem você nada disso teria acontecido.

À minha esposa, Jane, obrigado pelo companheirismo, paciência, carinho e amor que todos os dias transparecem nas suas atitudes e palavras. Obrigado pelas leituras críticas e sugestões que muito acrescentaram para a conclusão deste trabalho, sua participação foi fundamental. De coração, muito obrigado.

*“Todos nós julgamos escrever a História quando
apenas escrevemos para a História.”*

(Luís da Câmara Cascudo)

RESUMO

O fim da escravidão foi um tema que tomou conta de todo o século XIX. Acabar com a instituição servil gerou intensos debates em todas as áreas e locais. Nos últimos anos da escravidão houve grande adesão popular ao movimento abolicionista, da mesma forma que houveram grupos que procuraram se apropriar ou apoiar a causa visando interesses próprios. Assim, este estudo tem por objetivo analisar a atuação do grupo abolicionista potiguar, Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense, criado em 1888 na capital da província, nas vésperas da abolição da escravidão. Através da leitura do periódico, criado para propagar a ideia abolicionista na província do Rio Grande do Norte, buscamos entender o significado e as estratégias do grupo. Para isso procurou-se analisar como o periódico foi criado para convencer os senhores de que libertar seus escravos era o melhor meio de garantir seus próprios interesses.

Palavras-chave: Rio Grande do Norte. Escravidão. Movimento Abolicionista. Boletim da Sociedade Libertadora.

ABSTRACT

The end of slavery was a central and long-term issue in the nineteenth century Brazil. This process produced intense debates in different places and areas. During the last years of slavery, the abolitionist movement had great popular support. There was, at the same time, some groups who supported the cause in order to get own benefits. This study analyzes a Potiguar abolitionist group called Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense. The group was created in 1888 at the capital of the province, when the slavery was about to end up. By reading the journal, created to spread the abolitionist idea in Rio Grande do Norte, this study aims at understanding the meaning and strategies of that group. In order to achieve this objective, my argument is that the main reason to create the periodic was to convince slave lords that freeing slaves was the better way to achieve their own interests.

Keywords: Rio Grande do Norte. Slavery. Abolitionist Movement. Journal of the Sociedade Libertadora.

ILUSTRAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1 Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-grandense.....	32
Figura 2: Quadro estatístico, após matrícula 1887, do estado servil de alguns municípios.	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 - MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA	15
Capítulo 2 – GUERRA À ESCRAVIDÃO!.....	26
1. O contexto político dos três últimos anos da escravidão	26
2. O surgimento da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense e a criação de um Boletim abolicionista	28
3. Façamos a abolição antes que a lei a faça!.....	34
Capítulo 3 – DEPOIS DO MANIFESTO: A AÇÃO DOS ABOLICIONISTAS POTIGUARES E A COMEMORAÇÃO DA ABOLIÇÃO.....	45
1ª parte: Como agiam os abolicionistas potiguaros	45
2ª parte: A comemoração da abolição na província potiguar.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	59

INTRODUÇÃO

No Brasil, o século XIX foi marcado por transformações e discussões nas diversas áreas, como: política, econômica, cultural e social. No campo cultural, o jornal teve forte participação ao promover informação e críticas para todas as áreas citadas acima, dentre as funções do jornal podemos mencionar: informar atrações culturais, movimento dos portos, valores de gêneros, publicação de crônicas, opinião de leitores, classificados, correspondências, anúncios, entre outros. Por tratarem de assuntos diversos é fonte rica, e complexa. Paralelo a isso, a escravidão foi uma questão que tomou conta de todo o século, sendo que este tema também atingiria todas as áreas que destacamos acima.

A escravidão foi, por mais de três séculos, a “força motriz” do Brasil, desde o tempo da cana-de-açúcar, passando pelo período aurífero e chegando à produção cafeeira. A dimensão do debate quanto ao fim do trabalho servil foi crescendo ao longo do século XIX, até o ano de 1888. As províncias brasileiras mantidas pelo trabalho escravo possuíam particularidades socioeconômicas que acarretaram em comportamentos diversos com relação ao problema da escravidão. Isso resultou em resistências, em especial dos grandes cafeicultores, além de debates contra e a favor do fim da escravidão. Frente à resistência dos senhores, surgiram neste período grupos favoráveis ao fim da escravidão, os quais se dividiam em dois: emancipacionistas e abolicionistas. O primeiro desejava que o fim da escravidão ocorresse gradualmente a fim de não causar danos aos senhores, já o segundo tinha a intenção de acabar com a escravidão imediatamente, sem que ela fosse postergada por muito tempo.

No ano de 1888 surgiu no Rio Grande do Norte o periódico da *Sociedade Libertadora Norte-Riograndense*.¹ Distribuído gratuitamente, afirmava ser o seu intuito defender o fim da escravidão naquela província no prazo de um ano, propagando o trabalho livre. Embora não tenha sido o primeiro grupo abolicionista da província, conforme destaca Angela Alonso², este tinha uma particularidade: o jornal. Foi a confecção deste meio de comunicação voltado somente para a questão abolicionista, do qual os outros grupos abolicionistas potiguares eram desprovidos, ou faziam uso de uma redação abolicionista isolada em jornais que não se voltavam apenas para esta causa, que possibilitou a divulgação mais rápida de informações do movimento abolicionista iniciada naquele momento. Nele o grupo realizava a propagação e incentivo de atos e ideias abolicionistas, através dos registros no periódico.

¹ Nesta pesquisa optou-se por manter a grafia original da fonte.

² Segundo a autora, o primeiro grupo abolicionista norte rio-grandense surgiu em 1882, denominado “*Libertadora Natalense*”. In: ALONSO, ANGELA. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, ANEXO. p. 439.

O grupo justificava sua intenção de pôr fim à escravidão sob a alegação de que ela era um empecilho para o progresso, considerada como uma prática retrógrada para uma província do século XIX. Além de que a meta do grupo, que era acabar com a escravidão em um ano, induz a questionamentos referentes ao determinismo quanto ao fim do estado servil.

A província imperial do Rio Grande do Norte (doravante, RN) possuía dentre suas atividades principais a agropecuária, além do surto da produção de algodão e cana-de-açúcar. Assim como ocorria na esfera nacional, havia na província uma movimentação de pessoas que apoiavam o fim da escravidão. Nesse sentido, no RN, o município de Mossoró pode ser descrito como o “Ceará” da província, dado o pioneirismo do município na abolição da escravidão, em 1883.

No momento em que se afirmar abolicionista podia ser entendido como uma postura progressista e moderna³, muitos indivíduos aproveitaram-se desta causa como forma de ganhar notoriedade, sem haver uma preocupação real com os futuros ex-escravos. Ao passo que para muitos dos grupos abolicionistas que surgiram no império o sentido de existência foi apenas alcançar o fim da escravidão, como o que houve na província potiguar, não se preocupando se os futuros ex-escravos seriam inseridos na sociedade de maneira plena. Tal situação indica a possibilidade de que o movimento deste grupo esteve orientado numa direção apenas de reordenamento de dominação, uma vez que a lógica do seu discurso e de sua existência finda com a abolição, não se preocupando em garantir a cidadania aos ex-escravos.

No periódico, como argumento principal, prevaleceu a escravidão como uma figura dos grandes “males” que impediam não só o “progresso” da província, mas tornava-se algo “impróprio” e imoral para uma sociedade civilizada. Além do que sua retórica é direcionada, quase exclusivamente, para os proprietários de escravos, sendo mencionada, indiretamente, somente uma fala para os escravos.

Diante do exposto, esta monografia pretende desvendar um aparente mistério: qual o propósito da criação deste grupo abolicionista e seu jornal *Sociedade Libertadora Norte-Riograndense*, quando a escravidão já estaria com seus dias contados? Qual o perfil desta “Sociedade”? Como ela atuou na província na luta pela abolição? Quais os significados da criação daquele grupo naquele momento?

³ Chaulhoub usa o termo “chiquérismo” para enfatizar o apoio dado, de última hora, por ex-escravistas e outros membros da sociedade a abolição, neste momento. In: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 170.

A fim de alcançar uma possível resposta para os questionamentos acima, foi traçado a estrutura da monografia em três partes: no capítulo inicial realizamos uma análise historiográfica visando apontar como o tema abolicionismo vem sendo tratado desde 1970 até as últimas pesquisas. Nesta análise observa-se que alguns pesquisadores avaliavam de maneira macro o movimento abolicionista, como se ele fosse homogêneo em todo o país, e indicando que o fim da escravidão era certo. Avançando mais no tempo, com as pesquisas mais regionais, percebe-se que o movimento abolicionista foi heterogêneo, sendo seus interesses e participantes distintos de uma local para outro, indicando, em contraposição que o fim da escravidão era incerto.

No segundo capítulo buscamos analisar a edição de lançamento do periódico, a fim de observar como buscavam os redatores justificar a criação do periódico e quais os argumentos para convencer os senhores de escravos a libertar os seus cativos. Ainda que indicassem que poderiam se associar ao periódico qualquer pessoa, seus textos apresentam um claro direcionamento; falavam predominantemente para os donos de escravos.

As demais edições, incluso a de comemoração da abolição na província serão analisadas no terceiro capítulo. Observamos que a linguagem e o discurso da primeira edição foram mantidos nas demais edições, intencionando atingir um determinado público. Além do que, a edição de comemoração do fim da escravidão destaca como personagens principais: os abolicionistas, os políticos e a regente. Destacar-se-á como os abolicionistas buscaram se legitimar como os principais responsáveis pelo feito histórico, ao denominar os que lutaram a favor como realizadores da “segunda independência”, deixando de lado a participação dos escravos.

Capítulo 1 - MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL: BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

A historiografia sobre o processo de desmonte do escravismo no Brasil é vasta e diversificada. Entre os inúmeros trabalhos sobre o tema, o chamado movimento abolicionista ocupa lugar destacado. Pois, aquela que era considerada a principal instituição na América Portuguesa e no Brasil independente sofreu resistência e foi combatida por diferentes setores da sociedade. Os estudos concentravam-se em especial na arena política, através de debates parlamentares, e, sobretudo, na área econômica quanto ao fim da escravidão. Robert Conrad ao realizar uma análise da importância desta, equipara que o fim do trabalho escravo no Brasil ao mesmo que a destruição das máquinas para a Grã-Bretanha⁴. Após metade do século XIX surgem grupos que reúnem pessoas com a ideia comum de acabar com a escravidão, inicialmente tentando minimizar os prováveis danos aos interesses dos senhores, denominados como abolicionistas.

Essa história foi por muito tempo contada “de cima”, ou seja, orientada sob o ponto de vista da elite (como políticos, abolicionistas, imprensa e ex-senhores de escravos), a fim de apagar a mancha de qualquer imagem da escravidão em que estes indivíduos estiveram presentes. Assim, nos seus discursos os escravos aparecem como indivíduos passíveis, com quem mantinham uma relação estável, e eram considerados incapazes de ação política organizada. Desta forma, suas ações foram silenciadas, permanecendo nada ou pouco conhecidas suas lutas, resistências e o pânico que causavam aos senhores.⁵ Porém, a partir do final da década 1970, a historiografia sobre o fim da escravidão começa a dar espaço para o escravo, que com o passa a ocupar posição ativa no processo da abolição.

Nas pesquisas atuais os escravos assumiram o protagonismo, ocupando posição de agentes ativos no processo que culminou com o fim da escravidão no Brasil. Essas pesquisas, dessa forma, questionam sistematicamente o legado apenas dos abolicionistas, que se consideravam os responsáveis, através de uma relação de domínio e controle que diziam ter sobre os escravos pelo fim da escravidão, materializada com a assinatura da princesa Isabel.

Estas pesquisas indicam que inúmeros fatores corroboraram para o fim do trabalho servil, consistindo os de ordem econômica, política, cultural e social. Antes de adentrar na

⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 123.

⁵ Ver: MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. Editora, Estado, 1994;

análise historiográfica que será discutida nesta primeira parte, é importante ressaltar os estudos que antecederam a nova historiografia sobre a escravidão, que surge entre o fim da década de 70 e a seguinte. A nova historiografia tem como ponto inicial a ideia de que

[...] mulheres e homens escravos e dos não escravos passam a ser considerados agentes históricos, marcando, desta forma, o deslocamento de foco da concepção de uma escravidão na qual o indivíduo escravo era totalmente passivo em relação à dominação do sistema senhorial e na ideia da ênfase excessiva na violência do sistema, que transforma o escravo em objeto.⁶

Em obras como *Os últimos anos da escravidão no Brasil* do brasilianista Robert Conrad, que pondera as tensões, obstáculos e caminhos percorridos para que chegassem à lei de 13 de maio de 1888. Percebe-se na análise de Conrad o predomínio do viés político e econômico, como bases favoráveis para a permanência do regime servil no Brasil, em que pondera a dependência dos senhores da instituição escravista, sem a qual o senhor estaria obrigado a emigrar ou viver na miséria. Por outro lado, nos movimentos que defendiam o fim da escravidão, o autor dá ênfase para os que surgem após metade do século XIX. Como parte de sua análise, mesmo que em poucas páginas, Conrad chama a atenção para a participação escrava na fase final do abolicionismo, ainda que designe a ação do escravo como rebelde⁷, considerando crucial estes atos para concretizar abolição. Assim, concordando com pesquisas anteriores, considera a abolição “uma conquista de escravos ajudados por aqueles cuja consciência iluminada os fez servir desinteressadamente à História”.⁸ Em outras palavras, ainda que considere a abolição como uma conquista dos escravos, estes são colocados em segundo plano, cabendo o protagonismo na história “àqueles” que os ajudaram nesta conquista.

Numa abordagem que trata dos quase 40 últimos anos da escravidão, mantida em lei, no Brasil, entre 1850 e 1888, Conrad trabalha na sua obra desde os desdobramentos causados pelo fim do tráfico de escravos, a partir da lei que proíbe a entrada de escravos no Brasil, até a lei n. 3353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea. A análise do autor reflete os efeitos e manobras adotadas pelos senhores para contornar as leis que favoreciam os escravos, a partir de meados do século XIX, demonstrando a existência contínua de diálogos, entre os políticos e os senhores, a fim de amenizar os danos de tais leis aos interesses destes.

⁶ ROCHA, Solange Pereira. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. 2007, 424 f. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. p 26.

⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 12-18.

⁸ Idem. p. 18.

O livro do brasilianista divide-se em duas partes. Entre 1850 e 1879, a primeira apresenta o início da decadência do comércio de escravos, com a lei Euzébio de Queiroz, e a lei do ventre do livre, que tornava livre os cativos nascidos a partir da sua promulgação, neste contexto o trabalho escravo poderia se alongar até o século XX. Ainda neste momento, segundo Conrad, a oposição à escravidão no Brasil caracterizou-se como emancipacionista, atuando de maneira pacífica, em que o fim da escravidão se daria de maneira gradual, sem que afetasse drasticamente os interesses econômicos. O segundo momento do seu livro, entre 1879 a 1888, é destacada a ação mais direta dos grupos abolicionistas contra a escravatura, assim como o pioneirismo da província do Ceará na abolição da escravatura e a influência que causaria nas demais províncias.⁹ Por fim, é dada uma ênfase na adesão da província de São Paulo que, segundo Conrad:

São Paulo foi tardia, entre as províncias, em juntar-se às fileiras abolicionistas, mas sua súbita mudança significou a rápida conversão da maioria das outras províncias: na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e, em graus diferentes, em todas as províncias onde ainda havia escravos, incluindo o Rio de Janeiro.¹⁰

Na visão do autor, realçando a participação dos abolicionistas paulistas, a atitude da província de São Paulo fora de fundamental importância para que as demais províncias intensificassem a luta pelo fim da escravidão. Ao mesmo tempo, destaca que essa mudança rápida de atitude seguia interesses econômicos dos fazendeiros paulistas.¹¹ Ainda que na província de São Paulo concentrassem famosos abolicionistas, desconfiamos que a mudança de opinião desta província quanto ao fim da escravidão, em tão curto espaço de tempo, tenha influenciado de forma decisiva nas demais províncias do império, uma vez que já haviam províncias livres da escravidão, como foi o caso do Ceará e do Amazonas.

Por fim, ainda que seja ressaltada por Conrad a importância das diferenças regionais na luta abolicionista, em especial no Norte, que tornaram mais férteis para o abolicionismo, o argumento de Conrad centra-se no Sudeste, e traça panoramas gerais sobre o movimento abolicionista no Brasil. Considerando a adesão paulista ao movimento abolicionista como fundamental para o fim da escravidão nas demais províncias, Conrad coloca a participação dos movimentos abolicionistas, que também ocorriam nas outras províncias, em segundo plano, e o escravo quiçá ocupe o terceiro plano.

⁹ Em especial no Amazonas e no Rio Grande do Sul, conforme cita Conrad.

¹⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 318.

¹¹ Para mais informações ver: Conrad, Robert. A conversão de São Paulo. In: _____. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 290-318.

Mais de dez anos após a publicação do livro de Robert Conrad, Emília Viotti publicou *A abolição* (1987). Escrito em linguagem acessível, inclusive para o público leigo, traça um caminho parecido com que o brasilianista percorreu. O livro vai de encontro com o argumento apresentado por Robert Conrad, numa estruturação também semelhante. Uma vez que as leis, debates e os conflitos causados em decorrência das questões jurídicas servem como guia de análise e de sua produção. Logo nas primeiras páginas trata sobre a mudança de discurso quanto a escravidão, que era defendida no período colonial, quando praticada em todas as colônias americanas, e, a partir dos ideais da revolução francesa, no século XVIII inicia um questionamento sobre a igualdade de direitos, em relação ao escravo. Em seguida, principia uma análise em cima da questão do tráfico de escravos.

Em suma, Viotti divide seu texto em três momentos: na primeira parte (1850-1871), aborda o abolicionismo e opções para amenizar o fim do tráfico de escravo; no segundo momento descreve o debate político que envolveu a lei do ventre livre e a expansão do apoio ao movimento abolicionista; terceira fase, narra as nuances que envolveram o debate para aprovação da Lei do sexagenário, a participação do escravo para o fim da escravidão e uma análise das perspectivas pós-abolição.

Análoga com a obra de Conrad em muitos aspectos, inclusive na estruturação e recorte temporal, Emília Viotti também apenas margeia a imagem do escravo como sujeito ativo na luta contra a escravidão. Com citações “econômicas” da participação escrava para o fim da abolição, a autora procura dar ênfase para os debates econômicos e políticos que envolviam a escravidão. Sendo a adesão dos fazendeiros a esta causa ligada por questões econômicas, posto que o trabalho livre mostrava-se mais vantajoso do que o escravo no limiar da abolição. Para a autora, similar ao argumento de Conrad, o abolicionismo sobreleva e legitima as revoltas escravas, tornando o senhor um algoz e o cativo, uma vítima.¹² Ainda que mencione a participação do cativo, esta questão é secundária, a posição principal é preenchida pelo movimento abolicionista.

Segundo Viotti, a luta contra a escravidão contou com o apoio externo (principalmente, da Inglaterra) e interno (abolicionistas, imprensa), promovendo uma dificuldade maior para os senhores de escravos possuírem argumentos para a manutenção da escravatura. E uma adesão popular, cada vez maior, ao movimento abolicionista tornava a pressão pelo fim da escravidão mais intensa. Além disso, a autora discorre a respeito dos resultados do pós-abolição, afirmando que para a classe dominante ocorrera de forma bem-

¹² COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p. 114.

sucedida, em que foi mantido o controle e o domínio dos libertos. E, quanto a muitos dos abolicionistas, Emília Viotti indica que a preocupação maior era retirar da sociedade brasileira o “cancro” da escravidão, sem garantir a plenitude de igualdade de direitos e inserção na sociedade.¹³ Ou seja, seria como livrar uma “pessoa” (sociedade brasileira) de uma grave “doença” (escravidão), sem que houvesse um processo de reabilitação para ela obter proteínas e outros nutrientes para torná-la mais resistente, como ocorre com uma pessoa saudável.

Em suma, se aludirmos o fim da escravidão ao final de uma partida de futebol, diríamos que o resultado final tenha sido um empate que favorecia a uma equipe “X” (abolicionismo), seguindo o argumento de Emília Viotti, em virtude de afirmar que “a abolição não correspondeu nem aos receios dos escravistas, nem às expectativas dos abolicionistas. Não foi catástrofe nem redenção”.¹⁴ Como cita Viotti ao registrar a manifestação de júbilo de um fazendeiro paulista quanto a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, numa carta enviada a um amigo abolicionista, em que dizia:

“não possuo nenhum escravo. Libertei todos e estabeleci com eles contratos semelhantes aos que tenho com os estrangeiros [...] A princípio temeroso da falta de braços, Paula Souza contratara alguns deles que agora trabalhavam na lavoura de café e viviam nas antigas senzalas onde a única mudança era a ausência de um cadeado.

Paulo Souza descobrira que não tinha mais de vestir e alimentar seus escravos. Agora, ele lhes vendia os suprimentos, até mesmo o leite e a couve que consumiam. Isso, explicava ele, não era por ganância, mas visava a ensinar aos ex-escravos o valor do trabalho”.¹⁵

Dessa maneira mantinha-se o mesmo jogo ou situação político-social, mas os participantes receberiam novos nomes. Quem ocupava a posição de poder e o domínio (fazendeiros) mantinham-se na mesma posição, já os escravos continuavam numa situação de exploração e exclusão social, e a abolição, como destaca Conrad, seria somente o primeiro passo em direção a democratização no Brasil,¹⁶ sendo preciso adotar medidas políticas e sociais para diminuir a distância do negro em relação ao branco. Ao centrar sua pesquisa em São Paulo, assim como Conrad, Emília Viotti argumenta que o foco da liberdade do escravo, incluindo a vertente abolicionista, estava mais relacionado em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça” dominante.¹⁷

¹³ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p. 133-134.

¹⁴ Idem. p. 131.

¹⁵ Idem. p. 135.

¹⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 336.

¹⁷ FERNADES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. 5. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. p. 11.

Em 2015, Angela Alonso publicou uma obra¹⁸ que aborda o movimento abolicionista. Concentra sua análise na região Sudeste, ainda que destaque alguns locais que serviram de refúgio para os escravos, e detenha atenção para o pioneirismo cearense. Sua pesquisa tem como recorte temporal os anos de 1868 a 1888, ou seja, entre o período que inicia os debates na câmara sobre a lei do ventre livre até abolição da escravidão. Ainda que outros personagens e questões tenham influenciado no fim da escravidão, a autora reforça que o foco do seu trabalho “é a relevância do movimento abolicionista para o fim da escravidão (...)”.¹⁹

Mesmo que, inicialmente, o abolicionismo fosse composto por membros da elite (período que denomina de “abolicionismo de elite”) e, com o passar do tempo, vai avançando nas ruas e ganhando o apoio popular,²⁰ ainda que discorra sobre os debates das leis, pois suas votações eram causa de manifestação dos grupos abolicionistas, o objeto principal de análise de Angela Alonso é a participação popular no movimento abolicionista, em que ela considera como a origem de um grande movimento social no país, em virtude da adesão de indivíduos que compunham as diversas classes sociais. Tomando por base o argumento de Charles Tilly quanto ao surgimento do movimento social inglês, a autora afirma que “o abolicionismo foi o primeiro grande movimento social brasileiro”.²¹ Fruto de um longo trabalho de pesquisa, em que analisa os conflitos apresentados em jornais britânicos dos séculos XVIII e XIX, Tilly institui o conceito “repertório”, produzido na década de 1970 e reformulado ao longo dos anos, para definir conflitos de interesse social realizado em ações coletivas, que é caracterizado na manifestação simbolizada de diversas formas.²²

Além destes aspectos, é importante ressaltar que a obra de Angela Alonso é composta por um vasto e riquíssimo anexo, contendo informações que permitem facilitar a compreensão do movimento abolicionista assim como os locais em que teve mais grupos em prol desta causa.

Adentrando nas lutas abolicionistas e na agência escrava, faz-se necessário destacar as produções de cunho mais regional, na qual este trabalho se aproxima mais, em que podem ser percebidos os diversos campos em que a luta era travada, seja no meio social, político,

¹⁸ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado realizada, em 2012, na Universidade de São Paulo. O estudo tornou-se livro, sendo publicado pela editora Companhia das Letras em 2015.

¹⁹ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 20.

²⁰ Idem. p. 125-126 e 146.

²¹ Idem. p. 352.

²² ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito*. In: Sociologia & Antropologia. V. 02.03. p. 21- 41, 2012.

econômico e até no cultural, assim como as peculiaridades locais que poderiam tornar um movimento abolicionista distinto de outro.

Célia Azevedo discorre sobre o discurso racista e de inferioridade que era associado ao negro, na retórica dos escravocratas do século XIX, presentes em pesquisas até os anos 70. Acrescenta-se também, na análise da autora, o reforço do ativismo escravo na luta contra a escravidão iniciado, timidamente, com a escola historiográfica do fim da década de 1970. A autora procura destacar o aumento de atitudes de resistência, em especial na década 1880, numa demonstração de conscientização do escravo de sua luta e do apoio popular. Através das fontes trabalhadas em sua pesquisa, a autora aponta que esta situação resulta em mudança da perspectiva política, despertando os políticos (e senhores) e alarmando-os para uma possível rebelião de escravos, em virtude do aumento de crimes cometidos contra os senhores, como destaca: “devido ao próprio alarme causado pelo aumento dos crimes de escravos contra proprietários”.²³

Já Maria Helena Machado, em *O Plano e o Pânico*, discorre sobre a nuvem de medo que pairava entre os senhores e autoridades públicas. Dedica especial atenção para os planos de fugas em massa e os crimes cometidos por escravos, em especial, em locais que possuíam uma grande concentração de escravos. Ao analisar documentos oficiais, trocados entre as autoridades, a autora percebe uma preocupação com tensões ocorridas durante os anos próximos da abolição, ainda que buscassem “camuflar” a situação numa descrição tímida ou discreta do que ocorria nestes locais. Desta forma, afirma a autora que “apesar do tom contundente e dos termos desabridos aqui utilizados, em suas comunicações públicas estas mesmas autoridades faziam questão de descrever a situação da província com tintas mais suaves”.²⁴

Dentre os diversos momentos em que ressalta a participação ativa dos escravos, registra-se uma tentativa de insurreição entre os limites das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, que despertou a preocupação de ambos os presidentes das províncias, sendo confirmado nos seus relatórios anuais, pertinente ao ano de 1881.²⁵ Sendo este plano confirmado pelos escravos que foram inquiridos pelas autoridades competentes, em que destaca alguns registros destas inquirições, como a declaração do escravo Adão Benedicto quanto a efetivação da insurreição, no plano em que indicava os escravos “... para

²³ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987. p. 122.

²⁴ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. Editora, Estado, 1994. p. 13.

²⁵ Idem. p. 175.

aprontarem-se armados para saírem uma noite e seguirem para Resende e lá os encontrariam para ai encontrarem com o Imperador e se ai o achar-se seguirem para a Corte para ai gritarem a liberdade ...”.²⁶

Assim, numa análise concentrada num aspecto que a abolição fez pairar entre os senhores e autoridades, conforme enfatiza Maria Helena Machado, o temor, ainda que velado, destaca o ativismo escravo, em um argumento que procura desconstruir qualquer controle e gerência das elites sobre a luta contra a escravidão,²⁷ como colocados pelos outros autores, desde o fim da década de 1970, indo na contramão do argumento defendido por Emília Viotti e Conrad, como destacado acima.

Deslocando a análise historiográfica para trabalhos fora da região Sudeste, porém, seguindo a característica de uma análise mais local, em regiões compostas por uma lógica econômica e outras características distintas dos trabalhos anteriormente destacados. Na Bahia, Jacó dos Santos Souza aborda a abolição da escravidão na cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo Baiano, e no Amazonas, Provino Pozza Neto aborda as ações emancipacionista e o movimento abolicionista amazonense.

Jacó dos Santos Souza centra sua pesquisa entre 1887 e 1889, utilizando como objeto principal de análise o periódico *O Asteróide* e sua atuação contra escravidão nesta região. Assim, o seu trabalho ratifica a ideia da imprensa como outro ambiente que contribuiu na luta da emancipação.²⁸ Seu trabalho divide-se em quatro capítulos: o primeiro apresenta as características locais, contexto social e a relação da população com o abolicionismo; no segundo centraliza seu argumento na fonte principal de sua pesquisa e o objetivo que o jornal buscava alcançar com suas publicações, dando amplo espaço para notícias de liberdade; no terceiro destaca a tensão social que os conflitos judiciais e de rua, através da análise, principalmente, de correspondências entre autoridades; e quarto pondera a discursão da imprensa na abolição e os projetos pós-abolição defendidos pela gazeta.²⁹

Não diferente do que mencionado em outros trabalhos, em que na comemoração do fim da escravidão a luta do escravo é esquecida ou não destacada, Jacó Souza verifica que o

²⁶ Nota 32 de: MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. Editora, Estado, 1994. p. 191.

²⁷ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. Editora, Estado, 1994. p. 145.

²⁸ SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da Abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. 160f. Tese (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 17.

²⁹ Ver: SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da Abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. 160f. Tese (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010. p. 18-19.

mesmo ocorreu na cidade de Cachoeira, conforme ocorreu na edição que noticiou a abolição assim como na edição de um ano pós-abolição: consideram-se o fim da escravidão não uma conquista dos escravos, mas um presente dos abolicionistas e dos senhores. A princesa Isabel também ocupa posição de destaque no fim da escravidão, mencionada nestas duas edições pelo fato de que a sua assinatura tornava concreto a extinção da escravidão no Brasil.³⁰

Já no trabalho de Provino Pozza Neto é discutido o movimento e os debates contra a escravidão na província do Amazonas. Inicia discutindo as abordagens sobre ações emancipacionistas na historiografia, com foco na lei de 1871, que serve de base para o capítulo seguinte. Em seguida, no segundo capítulo, analisa a aplicação e debates gerados a partir da lei de 1871, centrado no fundo de emancipação. Por fim, destaca os movimentos abolicionistas, tendo os periódicos como principal fonte que culminam na abolição da escravidão na província, ainda em 1884.³¹

Ao analisar uma província no transcorrer do seu trabalho, com um quadro demográfico de cativos semelhante ao do Rio Grande do Norte, o autor salienta o cuidado de lançar interpretação equivocada de que “a presença do negro na região foi inexpressiva [...] e consequentemente, acaba por ignorar suas trajetórias e existências”.³² Nesse sentido, salienta que não pode ser deixada de lado a participação do trabalho servil e o fim da escravidão naquela região, e consequentemente, às vezes pode não ser dada uma importância para o assunto, sendo pouco mencionado em pesquisas. Assim, reforça a ideia de que a avaliação e análise da questão da escravidão e o seu fim não deve ser feita em função quantitativa, com base da pesquisa na perspectiva de que

é a própria montagem e reiteração de uma sociedade escravista cuja lógica de reprodução não se limita ao número de almas disponíveis nos plantéis, mas antes se traduz na reiteração de relação de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema.³³

Outro aspecto importante destacado no seu trabalho é a análise e o debate que se inicia na elaboração das leis que, de alguma forma, influenciam no comportamento da sociedade e nas relações de domínio, tal situação gera mais discussão na confecção do aspecto teórico da legislatura do que na sua aplicação da lei em si. Ao analisar a execução da lei de 1871, que rege grande parte de sua pesquisa no Amazonas, verifica-se que a atuação do fundo

³⁰ Idem. p. 147-148.

³¹ NETO, Provino Pozza. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 166 f. Tese (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011. P.14-16.

³² Idem. p. 25.

³³ Patrícia Sampaio, 2001, Apud Provino Neto, 2011, p. 25

de emancipação é muito pequena na província, porém, em consonância com Manuela Carneiro da Cunha, afirma que ela oferece “direitos aos escravos e deveres aos senhores”.³⁴ Pois, como é de conhecimento, a prática das leis em se tratando da escravidão, no século XIX, caminha a passos lentos em virtude da resistência dos escravocratas, porém seus efeitos são sentidos nas “brechas” que elas oferecem, sendo aproveitada pelos abolicionistas e pelos escravos.³⁵

Por fim, da mesma forma que ocorre em vários locais, diante de um quadro político insustentável e a pressão popular, os senhores e políticos amazonenses se antecipam e adotam posturas em favor da libertação dos escravos com uma atitude mais ligada ao interesse comercial, político e manutenção da ordem, do que com ato solidário e humano em prol dos escravos.³⁶

Diante da exposição resumida da extensa historiografia sobre o abolicionismo, em que aspiramos melhor situar o leitor sobre essa temática, percebe-se que inúmeros trabalhos relacionados aos diversos locais têm sido produzidos nos últimos anos, os quais possuem algumas particularidades e características próprias de cada região, como a antecipação da abolição no Amazonas ou a influência de um periódico, *O Asteróide*, no movimento abolicionista da cidade de Cachoeira. Além disso, este trabalho não limita sua base apenas na bibliografia destacada acima. E, ainda que não tenha sido um fator motivador desta pesquisa, merece ser mencionado o pequeno número de estudo sobre a história da escravidão no Rio Grande do Norte, no século XIX, estando elas mais concentradas na região do Seridó e na cidade de Mossoró, sendo ainda mais raras as pesquisas que tratam do movimento abolicionista potiguar.³⁷ Esta pesquisa tem a intenção, ainda que modesta, de contribuir com os estudos sobre este assunto, em especial, investigando o sentido do movimento à favor do fim da escravidão, a partir da criação e atuação do grupo abolicionista “Sociedade Libertadora Norte-RioGrandense”, sobretudo por haver poucos trabalhos que discutem o movimento abolicionista neste estado.

³⁴ NETO, Provino Pozza. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. 166 f. Tese (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011. p. 50.

³⁵ Idem. p. 51-60.

³⁶ Idem. p. 148-149.

³⁷ Sobre o Seridó destacam-se os trabalhos dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Muirakytan Kennedy de Macedo e, mais recentemente, as dissertações de Mestrado de Michele Soares Lopes e Ariane de Medeiros Pereira apresentadas, respectivamente, em 2011 e 2014. Quanto a Mossoró, destaca-se a obra de Raimundo Nonato: “*História Social da Abolição em Mossoró*” e “*O movimento abolicionista em Mossoró e sua repercussão internacional*”, publicados, respectivamente, 1983 e 1977.

Na década de 1880, o movimento abolicionista, de maneira geral, passou a contar com um grande apoio popular, a pressão quanto ao fim da escravidão tomou uma dimensão nunca antes ocorrida no Brasil. Para muitos especialistas o fim da escravidão era dado como certo, principalmente a partir dos últimos anos.

Pois bem, em meio a essa “certeza” ainda houve a criação de grupos abolicionistas em 1888,³⁸ sendo a fonte aqui estudada uma delas. Diante deste panorama, tendo este grupo abolicionista e suas ações para o fim da escravidão no RN como foco de análise desta pesquisa, diversos questionamentos estimularam e circundaram esta, dentre os quais destacam-se o porquê da criação de um grupo abolicionista, em uma província com pequeno número de escravos em 1888? Qual a ideia de abolicionismo pregada no RN, através deste periódico? Qual certeza pairava sobre o fim da escravidão em 1888? Uma ideia que apesar de parecer óbvia atualmente, na visão dos criadores deste grupo abolicionista parecia indeterminado. O que o estudo deste grupo abolicionista pode contribuir para o estudo sobre esta temática, seja em âmbito regional ou nacional? São questões que intencionamos analisar mais adiante.

³⁸ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Anexos. p. 446.

Capítulo 2 - GUERRA À ESCRAVIDÃO!

1. O contexto político dos três últimos anos da escravidão

Antes de adentrar na análise do grupo abolicionista potiguar, faz-se necessário entender o contexto político nacional em que estava inserido. Acredita-se que seja uma forma mais fácil de entender o seu surgimento e suas intenções, considerando que no âmbito político não havia uma ideia sólida de apoio ao fim da escravidão, em pouco tempo. Para isso, vejamos uma breve contextualização dos três últimos anos da escravidão, a partir do debate causado pelo projeto Dantas até a lei de 1888. Pois, os sinais políticos indicados quanto a questão da escravidão poderiam provocar ações de grupos nas províncias, favoráveis ou não.

Ainda em 1884, o senador Manoel Dantas é indicado pelo imperador para realizar uma reforma que encaminhasse o fim a escravidão, a qual ficou conhecida com o nome de projeto Dantas. No entanto, as medidas adotadas contra a escravidão despertaram grande debate e insatisfação entre os senhores escravocratas, visto que estabelecia a liberdade de todos os escravos que atingissem sessenta anos, além de estabelecer prazo para realizar nova matrícula de todos os escravos dentro de um ano. Caso não fosse feita a matrícula, os escravos seriam libertados. Ademais, como menciona Conrad, dentre as novas medidas propostas pelo projeto Dantas, estipularia um teto no valor máximo pago pelo fundo de emancipação para compra da liberdade de escravos. Os critérios para obtenção de alforria por meio desta pecúnia variavam de acordo com a idade do cativo, e pretendia aplicar uma cobrança de imposto gradativa aos proprietários de escravos mantidos em áreas urbanas, objetivando concentrar os escravos nas áreas rurais. A implantação de tais medidas, segundo Conrad, seria “quase tão complexa quanto as da Lei Rio Branco”.³⁹

Em virtude da insatisfação e resistência dos senhores agricultores, o ministério Dantas foi retirado do poder em 4 de maio de 1885. Em uma última tentativa, buscou ajuda com o imperador para manter-se no cargo, porém não obteve êxito e foi substituído por José Antônio Saraiva, considerado um liberal mais contido.⁴⁰

No século XIX muitos escravos adentraram no Brasil após a lei de 1831, que proibia o tráfico de escravos. Porém esta lei não impediu a importação destes. Tal situação permaneceu até metade do século XIX, quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que fiscalizava mais rigorosamente o comércio de cativos imigrados. Assim, havia no Brasil uma

³⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 260.

⁴⁰ Idem. p. 269.

parcela considerável de indivíduos que eram mantidos sob o regime de escravidão de maneira ilegal.

A grande adesão popular e de outros setores da sociedade (como imprensa e igreja) apoiando à abolição da escravidão, tornou a prática escravista cada vez mais repudiada. Segundo Angela Alonso, a partir da década de 1880 socialmente a escravidão já era considerada ilegítima, estando amparada somente nas bases da lei.⁴¹

Através de um diálogo mais amigável com os fazendeiros, Saraiva informara que seguiria com a liberdade dos escravos. Porém, o projeto inicial sofreu várias mudanças e adaptações, atendendo aos anseios dos escravocratas, quando foi apresentado na Câmara “os oponentes do projeto anterior receberam esta nova versão com entusiasmo”,⁴² demonstrando que as adaptações sofridas pelo projeto tiveram boa recepção entre os que faziam parte da oposição na votação anterior (ver tabela 1 do anexo).

Desta forma, a Lei dos Sexagenários fora efetivada em 1885. Todavia sob fortes e intensas críticas dos abolicionistas, que se sentiram lesados da maneira que a lei foi promulgada. Ademais, quando analisada os números de libertações resultadas da lei, percebe-se que ela não fora efetivada na prática, já que os números não coincidiam com as estatísticas (que pode ser vista detalhadamente na tabela 2 do anexo), conforme aponta Conrad

As estatísticas oficiais colocavam o número de cativos de sessenta anos ou mais em 90.713, mas apenas 18.946 pessoas foram registradas como sexagenárias em 1886 e 1887 [...] Alguns dos africanos que haviam sido registrados como sendo mais velhos do que eram, na década de 1870, para evitar as consequências da lei de 7 de novembro de 1831, talvez tenham recebido idades mais próximas da realidade, em 1886 e 1887, a fim de evitar as consequências da lei de 28 de setembro de 1885.⁴³

Com o transcorrer do tempo a escravidão vinha sendo extinta nos outros países, como em Cuba (1886), e o Brasil que foi a última nação da América Latina a abolir o trabalho escravo. Talvez, frente a esta posição não louvável que ocupava, houve a intenção do governo de sinalizar para outras nações de que estávamos caminhando na direção da liberdade, e mesmo que a maioria eleita da Câmara fosse de conservadores, a lei proposta de abolição do açoite foi votada sem grandes dificuldades. Contudo, o discurso de alguns políticos já

⁴¹ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 280.

⁴² CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975. p. 270.

⁴³ Idem. p. 279.

indicava o prenúncio do fim da escravidão, porque a legislação sobre a abolição do açoite impedia o uso da violência para manter o controle dos escravos, no entanto, a lei não estabelecia como seria feita fiscalização, o que na prática resultava na permanência da situação, quase inalterável.⁴⁴

Em meio a grande movimentação popular em apoio ao fim da escravidão, Cotegipe procura agir através da força para conter o avanço do movimento abolicionista, desta forma impede a reunião de pessoas nas ruas e edifícios públicos,⁴⁵ o que levou Patrocínio a declarar que “o ministério da escravidão tem recorrido à ameaça”.⁴⁶

Em 7 de março de 1888 Cotegipe sai da direção do governo, assim o “ministério escravista” fica para trás, e os ventos da liberdade passam a soprar. Deste modo, João Alfredo Correia de Oliveira assumia a direção política do Brasil, junto com o auxílio de Antonio Prado, e em pouco mais de dois meses deram avanço na causa da abolição e extinguiram a escravidão no país, através do decreto assinado pela princesa Isabel.

Em suma, enquanto Cotegipe permanecia na liderança do governo, havia uma incerteza quanto ao fim da escravidão. Esta poderia ser mantida até o século XX, frente a resistência e uso da força, tanto por políticos quanto por senhores escravocratas, para conter os abolicionistas.

2. O surgimento da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense e a criação de um Boletim abolicionista

Em meio a um horizonte de pessimismo quanto ao fim da servidão do escravo no Brasil, no primeiro dia do ano de 1888, no teatro Santa Cruz,⁴⁷ na presença de um grande número de pessoas, foi convocada reunião com o propósito de fundar a *Libertadora Norte Rio-Grandense*, grupo abolicionista com sede em Natal. A intenção com a criação do grupo era eliminar a escravidão da província do Rio Grande do Norte. Os demais encontros da nova

⁴⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. p. 287-289; ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 300.

⁴⁵ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 320.

⁴⁶ Apud ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 321.

⁴⁷ Local que por muito tempo funcionou o Cinema Nordeste, hoje é ocupado por uma loja. Foi construído por João Crisóstomo. E, nas palavras de Câmara Cascudo (1980), “de 1880 em diante o Santa Cruz reúne todas as demonstrações literárias da terra. Com a Abolição, aí se funda a Libertadora Natalense.” p. 199.

agregação ocorreram no Clube Familiar.⁴⁸ Seus integrantes eram oriundos de vários locais, com predominância de pessoas da capital da província.

Num momento em que a escravidão se mantinha insustentável em todo o território nacional⁴⁹, nas províncias de economia agropecuária de subsistência como a potiguar, em que os senhores possuíam um número pequeno de escravos (conforme o censo de 1872,⁵⁰ o RN possuía 13.020), ela possuía poucos defensores. Naquele instante, a principal resistência à abolição estava concentrada nas províncias que possuíam economia de exportação.⁵¹ Enquanto isso, o número de escravos declinava em todo o império, em virtudes das medidas adotadas, passando de 1.133.228 cativos, em 1885, para 723.419, em maio de 1887.⁵² Em Natal, por exemplo, às vésperas da abolição, foram contabilizados apenas 152 escravos,⁵³ de uma população de 3.167 cativos registrados em toda a província, segundo o relatório do ministério da agricultura de 1887.⁵⁴ Como agiam os associados e como o jornal registrava essas ações? Tal ponto direciona e contribui para cogitar uma provável resposta para uma questão “chave”, a pergunta que levou a pesquisa: o que levou a criação de um periódico abolicionista nesta província, em 1888? Porém, antes de buscarmos respondê-las, vejamos algumas informações inerentes ao periódico, como publicações, valores por edição, dentre outras.

⁴⁸ Localizado na antiga Praça da Alegria, hoje praça João Maria. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2.ed. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1980. p. 352.

⁴⁹ Sobre isso ver: COSTA, Emília Viotti da. Heróis anônimos. O protesto do escravizado. In *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. P. 111-126; CONRAD, Robert. Parte II (1879-1888). In: _____. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975, p.148 – 337; e MACHADO, Maria Helena. Cometas, caifazes e o movimento abolicionista. In: _____. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. Editora, Estado, 1994. p. 143-173.

⁵⁰ Mais informações sobre o censo de 1872 estão disponíveis em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>; Emília Viotti. *A Abolição*. p. 62-63, embora traga número diferentes dos encontrados no censo, também aborda sobre a questão demográfica dos escravos e livres, no século XIX.

⁵¹ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p. 62.

⁵² Conforme relatório do Ministério da Agricultura citado por CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. ANEXO. p. 353.

⁵³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2.ed. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, p. 350; e *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRADENSE*, Natal, 15 de abril de 1888, p. 64.

⁵⁴ Porém, não há um consenso quanto ao número total de cativos registrados na província em 1887. O próprio Boletim trás informações divergentes quanto a isso, na edição de comemoração o Boletim indica que foram registrados 3.716 cativos. Ver: *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRADENSE*, Natal, 20 de maio de 1888, p. 66. Na edição de 20 de abril de 1888, a penúltima, o boletim indica 2.161 escravos matriculados no ultimo recenseamento. O mesmo número é indicado na dissertação de mestrado de Ariane de Medeiros Pereira, citando Maria Regina Mendonça Furtado Mattos. Ver Pereira, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe – província do Rio Grande do Norte (1870/1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. p. 50.

O Boletim era publicado duas vezes ao mês, alternando a publicação com as semanas de reuniões do grupo, podendo ocorrer edições extraordinárias, em caso excepcionais, conforme descreve a primeira edição:

O NOSSO BOLETIM aparecerá regularmente no 2º e 4º domingos de cada mês, alternando com as reuniões da sociedade que terão lugar no 1º e 3º. Logo, porém, que algum facto imprevisto se torne digno de publicidade sairá um boletim extraordinário.⁵⁵

Em se tratando da edição do jornal, nas edições disponibilizadas⁵⁶ não consta um responsável específico,⁵⁷ apenas temos a informação de que era impresso na Tipografia do *Correio do Natal*. O jornal teve curta duração, sua primeira edição foi lançada no dia 08 de janeiro de 1888 e esteve em circulação por pouco mais de quatro meses, findando suas atividades no dia 20 de maio. Em média, as edições possuíam oito páginas. A maior parte das edições trazia um sumário composto do tópico/título de cada texto ou informação, tendo alguns tópicos que se repetiam, como: quadro de honra; Ata de sessão; gazetilha; e propaganda abolicionista. O quadro de Honra (ver figura 1) ocupava sempre a primeira página, trazia uma espécie de moldura com os municípios, cidades, vilas e povoações livres da escravidão. Sucintamente, a ata de sessão descrevia os principais debates das reuniões anteriores, como o recebimento de ofícios, oriundos de outras localidades, que declaravam apoio e parabenizam a criação do grupo abolicionista, e a adesão de novos sócios e novas propostas que foram aceitas em votação. A “Gazetilha” anunciava as libertações ocorridas que eram informadas pelos sócios ou representantes do movimento. Por último, na “Propaganda Abolicionista”, assinada geralmente por Tobias Monteiro, trazia análises das questões político-sociais em âmbito nacional, com ênfase em São Paulo, que serviam de exemplo e incentivo para a população potiguar continuar na luta pelo fim da escravidão, em virtude da grande e rápida adesão ao abolicionismo na província paulista. Todos os textos transcritos no jornal direcionavam-se contra a escravidão e em louvor dos atos de liberdade ocorridos na província e fora dela, além de destacar informações inerentes a escravidão, que eram discutidas no senado e na câmara dos deputados, ligadas a abolição.

⁵⁵ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, p. 7.

⁵⁶ Foram acessadas as edições disponíveis no site da Hemeroteca Digital, estando disponíveis 05 edições, num total de 09 que foram publicadas.

⁵⁷ Segundo Augusto Tavares de Lyra, os principais redatores do Boletim foram Pedro Velho, Zacharias Monteiro, João Lindolpho, Oliveira Santos e Nascimento Castro. In: Lyra, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Typografia Leuzinger. 1921. p. 578.

O jornal não sofreu alterações de formatação ao longo de sua breve existência. No entanto, o quadro de honra, destacando as localidades (povoações, vilas, cidades e municípios) que se tornavam livres do trabalho servil na província, foi crescendo ao longo das edições, resultando no aumento de mais de 500% de regiões livres, entre a primeira e a última edição. Assim, se na primeira edição o quadro de honra era composto por 09 localidades (3 municípios, 3 cidades, duas vilas e uma povoação), já a última edição trazia o número de total de 47 localidades (12 municípios, 3 cidades, 10 vilas e 22 povoações).

PUBLICAÇÃO QUINZENAL

Num. 8

DISTRIBUIÇÃO GRATIS

BOLETIM

DA

SOCIEDADE LIBERTADORA—NORTE RIO-GRANDENSE

Natal, 15 de Abril de 1888

SUMMARIO

QUADRO DE HONRA
ACTA DA 6ª SESSÃO
PROPAGANDA ABOLICIONISTA :
— Abolição pelo povo
— A nova situação
— Abolição no sul
— Touro livre.
GAZETILHA
QUADRO ESTATISTICO

QUADRO DE HONRA

MUNICIPIOS LIVRES :	CIDADES LIVRES :	VELLAS LIVRES:	POVOAÇÕES LIVRES :
Nossa Senhora, Trindade, S. José, Canjarana, Papary, Nova-Cruz, Angicos e Touro	Natal, Assi, Jardim e Apody	Meatim, Ariz, Goyanna, Santa-Cruz, Pão dos Ferros, S. Anna do Matos, S. Miguel e Acary	Utinga, Povo-Longo, Igreja-Nova, Ponta-Negra, Piranga, S. Gonçalo, Guanabara, Pão Mangabeira, Carne-Bruva, Extremoz, Pão, Brejinho, Tibão, Goyanna, S. Antonio de Goyanna, Carapellas, Currais-Novos, Bon-dica, e Iripa.

Acta da 6ª sessão ordinaria da "Libertadora Norte-Rio-grandense"

No dia 8 de abril de 1888, pelas 12 horas da manhã, no salão do "Club Familiar," á praça d'Alegria, teve lugar a 6ª sessão ordinaria da "Libertadora Norte Rio Grandense."

Assumiu a presidencia o revd. vigário Brito, que convidou para servirem de secretarios os socios Dr. Zacharias Monteiro e João Lindolpho.

Foi approvada, sem discussão, a acta da sessão anterior.

Em seguida o primeiro secretario fez a leitura das seguintes peças:

—Um officio da comissão libertadora do municipio da Imperatriz, accusando o recebimento das circulares que, em 29 de janeiro, foram dirigidas a cada um de seus membros, os quaes, agradecendo a humanitaria incumbencia que lhes foi confiada asseguram não poupar esforços, nem sacrificios para promover a realisação dos nobres e legitimos intuitos desta associação, cuja causa abraçaram com o mais vivo enthusiasmo.

—Um officio da comissão libertadora do municipio de Santa Cruz, em que, declarando aceitar de boa vontade a missão de que fora encarregada, comunica já achar-se livre a respectiva villa, nutrido a mesma comissão as mais lisonjeiras esperanças de em breve tempo poder annunciar outro tanto com relação ao municipio inteiro: para o que não pouparia quaesquer meios legaes ao seu alcance.

—Um officio da comissão libertadora do municipio de Nova-Cruz participando não existir mais escravos em todo o municipio, porquanto os 9 ultimos, que alli restavam, sendo pertencentes ao capm. João Baptista de Aguiar, foram por este libertados, sem onus ou condição alguma; congratulando-se a mesma comissão com a "Libertadora" por tão feliz acontecimento.

—Um officio da comissão libertadora do districto de Currais-Novos, em que, aceitando o encargo que lhe foi confiado, assegura fazer de sua parte tudo quanto possa pela extincção do elemento servil n'aquella circumscripção territorial; e remetendo a lista dos escravizados que alli têm sido libertados, annuncia já achar-se inteiramente livre a respectiva povoação.

—Um officio do professor Elias Souto, communicando, na qualidade de membro da comissão libertadora do municipio de Macão, a instalação da "Libertadora Macaense," a qual foi solemnizada com a entrega de 5 cartas de liberdade e pedindo para ser contemplado no numero dos socios da "Libertadora Norte Rio Grandense," pela que deseja figurar ao lado d'aquelles que na capital de sua provincia se achão empenhados na grande e humanitaria obra da redempção dos captivos.

Tendo sido proposto pelo sr. presidente, foi unanimemente accellto.

—Um officio da comissão libertadora do municipio de Pão dos Ferros accusando o recebimento da circular que lhe foi dirigida pela "Libertadora," agradecendo a honra da incumbencia que lhe foi confiada, communicando a libertação da respectiva villa, o que teve lugar no dia 25 de fevereiro, por occasião da primeira reunião da mesma comissão, e terminando por congratular-se com a "Libertadora" pela louvavel e brilhante attitude que tem tomado em prol dos captivos.

—Um officio da comissão libertadora do municipio de S. Miguel, remetendo a acta da 1ª reunião abolicionista que teve lugar n'aquella villa, no dia 25 de março, em que foi proclamada a sua liberdade, e agradecendo a lembrança de seus nomes para a organização da referida comissão.

—Um officio dos abolicionistas da povoação do Jardim communicando a extincção do elemento servil n'aquella districto e salientando os serviços para esse fim prestados pelo distincto abolicionista o professor Antonio Corsino Lopes de Macedo.

—Um officio do socio Antonio Francisco de Viveiros, membro da comissão executiva da cidade alta, participando o seu não comparecimento ás sessões por espaço de trez mezes, por ter de retirar-se da capital por motivos de seu particular interesse.

Procedeu-se finalmente a leitura dos seguintes telegrammas:

—Um, de 19 de março,—procedente da estação de Angicos, em que o nosso prestimoso confrade, o Dr. Pedro Velho, participa á "Libertadora" ter tido lugar n'aquella dia, com o auxilio de numero concurso de senhoras e cavalheiros, uma grande reunião abolicionista, cujo fim principal foi proclamar livres a villa de Angicos e a povoação de Carapellas, fazendo-se por essa occasião a entrega de 28 cartas de liberdade; e annunciando para domingo de Paschoa nova reunião em que tinha de ser declarada a libertação total do municipio, onde, de 93 matriculados, restavam somente 22 libertandos.

—Um, de 25 do referido mez, procedente da provincia de Pernambuco, em que os abolicionistas de Goyanna annuncião á "Libertadora" a completa extincção do elemento servil n'aquella cidade.

—Um,—de 1º de abril, em que ainda o Dr. Pedro Velho noticia a total libertação do municipio de Angicos, a qual se realisou no domingo de paschoa, conforme havia annunciado em seu ultimo telegramma.

Em seguida o capitão Urbano Barata propoz a nomeação interina dos socios Dr. Zacharias Monteiro e João Lindolpho para preencherem os logares de 1º e 2º secretarios,

Figura 1 Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-grandense

Paralelo ao Boletim, em 1888 circulavam um total de 7 periódicos, dos quais 5 voltavam-se para as questões políticas,⁵⁸ o que demonstra a presença predominante desta temática⁵⁹ em meio aos jornais que circulavam na província. Ao contrário de outras folhas abolicionistas,⁶⁰ este periódico era distribuído gratuitamente, sendo um dos poucos, neste período, que circulavam no império com esta característica. Este aspecto leva a considerar que o periódico tinha a intenção de atingir todos os níveis sociais, sem que o preço fosse um impeditivo para propagar o abolicionismo na província ou que os senhores de escravo se informassem sobre o assunto. Os custos da produção do jornal eram mantidos pelos sócios, que nas reuniões arrecadavam doações para custear as despesas, não tendo espaço no jornal para propaganda nem havendo um valor fixo a ser pago por cada sócio. Um membro do grupo abolicionista manifestou-se quanto à baixa arrecadação para custear as despesas e estipulou um valor fixo de contribuição, sendo registrado o seguinte:

... O sócio João Lindolpho apresentou também uma proposta no sentido de serem fixadas igualmente as contribuições mensais dos sócios, destinadas às despesas da sociedade, uma vez que não tinha produzido o resultado, que todos esperam, a primeira lista para fim organizada, arbitrando essas mensalidades em dois mil réis.⁶¹

Desta forma, a partir de 18 de março de 1888, após tal proposta ser aceita com unanimidade pelos sócios presentes na reunião, os seus associados passaram a contribuir com uma quantia de 2\$000 (dois mil réis) mensais, que garantia uma renda capaz de manter os custos da publicação do periódico. Ainda que não aponte esta informação, conjectura-se que a questão financeira para custear os gastos da sociedade tenham sido superados, posto que não há mais menções desta natureza nas demais edições do jornal, além de que seus membros pareciam crer numa permanência maior do regime de escravidão no império, por isso a preocupação com as finanças para custear as publicações do periódico.

⁵⁸ Os dados de periódicos publicados na província potiguar, durante o século XIX, foram pesquisados na Hemeroteca Digital, jornais digitalizados pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e nos livros de Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lyra.

⁵⁹ Segundo Câmara Cascudo, ao analisar os periódicos potiguares, até meados do século XX, indica que “dos 250 jornais e revistas publicados na cidade do Natal, 85% dos jornais pertenciam à classe dos políticos. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2.ed. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1980. p. 299. A imprensa potiguar a partir do periódico *O Natalense*, em 1832, enquadrado dentro da estatística de Câmara Cascudo, pertencia a membro da política local.

⁶⁰ Por exemplo: o jornal “*A Redenção – Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa*”, criado em 1887, que contou com a participação de abolicionistas conhecidos em todo o país, na sua primeira edição o valor da assinatura custava 500 réis mensal, devendo ser pago com antecedência; também o “*Libertador – Órgão da Sociedade Cearense Libertadora*”, que teve uma grande atuação no abolicionismo na província do Ceará, tinha o valor de 40 réis por edição.

⁶¹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 41.

Como agiam os associados e como o jornal registrava essas ações? Tal ponto direciona e contribui para cogitarmos uma provável resposta para uma questão “chave”, a pergunta que levou a pesquisa: o que levou a criação de um periódico abolicionista, em 1888, nesta província? No primeiro momento, permanecendo na edição de lançamento, optamos por priorizar a análise do “Manifesto Abolicionista”, buscando identificar a quem dirigia seus argumentos, e no segundo momento examinaremos as demais edições do periódico.

3. Façamos a abolição antes que a lei a faça!

A *Sociedade Libertadora Norte-Riograndense* não foi o primeiro grupo abolicionista existente no Rio Grande do Norte,⁶² mas parece ter sido o primeiro a fazer uso de uma ferramenta que já vinha sendo bastante utilizada em outras províncias: o jornal. Na província, a campanha para o fim da escravidão foi iniciada em Mossoró, sendo abolida em março de 1883,⁶³ contando com a influência do movimento e abolicionistas do Ceará, que se tornou a primeira província a extinguir o trabalho servil. O que representa que as ideias abolicionistas tornaram-se uma prática presente em alguns pontos isolados da província, nos quais não seriam mais necessárias a atuação de abolicionistas, como destacava o periódico.

A primeira edição do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte-RioGrandeense* entrou em circulação no dia 08 de janeiro de 1888. Conforme mencionado anteriormente, províncias como o RN não possuíam grandes opositores à abolição, o que também é evidenciado durante a existência do grupo. Nos jornais da imprensa potiguar, consultados nesta pesquisa, não aparecem registros relacionados a episódios de resistência ou oposição contra as ideias e ações da Sociedade Libertadora, encontrado apenas periódicos da província que divulgaram a fundação da associação com congratulações,⁶⁴ demonstrando aceitação e simpatia ao ideário da sociedade libertadora pela imprensa potiguar, como confirma *A Gazeta de Natal*⁶⁵:

⁶² ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ANEXOS. p. 435-346.

⁶³ CASCUDO, Luís Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. p. 190; MOURA, Pedro. *Fatos da História do Rio Grande do Norte*. Companhia Editora R. G. do Norte. Natal. 1986. p. 203

⁶⁴ Quanto a aceitação do movimento abolicionista na imprensa potiguar, assim afirma Augusto Tavares de Lyra: “O movimento foi rápido e fulminante, não lhe faltando nem mesmo as sympathias da imprensa política, inclusive os órgãos partidários, - *A Liberdade*, *Correio do Natal* e *Gazeta do Natal*, o primeiro liberal e os dois últimos conservadores...” In: Lyra, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1921. p. 578.

⁶⁵ Jornal publicado entre 1888 e 1890, tendo como subtítulo “Órgão Conservador”, era publicado duas vezes na semana. O valor da assinatura mensal era de 6\$000 e avulso de 100 réis.

No domingo, 1º do corrente, ao meio dia, teve lugar no teatro S. Cruz, à praça d'Alegria, a reunião convocada para a fundação de uma sociedade abolicionista nesta capital [...]

Congratulando-nos com a província pela fundação da nova Libertadora fazemos votos para que aos louváveis esforços d'essa benemérita associação corresponda o fim almejado com os seus grandiosos resultados.⁶⁶

E o próprio periódico também destaca a boa recepção da notícia quanto ao movimento abolicionista iniciado em Natal:

A IMPRENSA – Toda a imprensa desta capital se mostra satisfeita, com o movimento abolicionista que tanto se vai acentuando entre nós [...] A *Liberdade*, o *Correio do Natal* e a *Gazeta* não nos têm regateado auxílio para a campanha que empreendemos.⁶⁷

No que tange a posição política da Sociedade Libertadora, há algo em comum com o que ocorria neste momento no movimento abolicionista das demais províncias, caracterizava-se como apartidária. No RN a situação era semelhante ao que ocorria no cenário político nacional, em que contou com a participação de indivíduos que compunham, inclusive, partidos opostos, não havendo distinção partidária para compor os grupos abolicionistas⁶⁸, mas sim uma causa comum que unia diferentes grupos, que era abolir a escravidão. Assim quanto a sua composição, destaca-se a alegria de um dos presentes quanto a este aspecto:

Dr. Nascimento – dizendo que filiado desde os tempos acadêmicos à causa da democracia, não podia deixar de rejubilar-se por ver **presentes n'aquella reunião liberais e conservadores**, todos com o único empenho da libertação dos captivos.⁶⁹
(Grifos meus)

Da mesma forma, a *Gazeta de Natal* também frisa que as divergências políticas são deixadas de lado na criação da Sociedade libertadora, em que:

ambas as parcialidades políticas, esquecendo as divergências que as separam, foram ali representadas por grande número de cavalheiros, que, por amor à causa da libertação dos escravos, dispuseram-se a fazer convergir todos os seus esforços em prol desta ideia altruísta, humanitária, que não de hoje, mas de muito tempo tem sido uma das supremas aspirações dos povos esclarecidos.⁷⁰

⁶⁶ GAZETA DO NATAL. Natal, 4 de janeiro de 1888, Ano 1, ed. 2. p. 2.

⁶⁷ BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE, Natal, 08 de janeiro de 1888, p. 7.

⁶⁸ ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ANEXO. p. 347.

⁶⁹ BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE, Natal, 08 de janeiro de 1888, p. 2.

⁷⁰ GAZETA DO NATAL. Natal, 4 de janeiro de 1888, Ano 1, ed. 2. p. 2.

Como destacado anteriormente, nos seus últimos anos a escravidão estava sendo mantida devido à resistência política ao seu fim, o viés econômico já não era um argumento que a sustentava, em vista dos exemplos de províncias que extinguiram o trabalho escravo e não foram afetadas na produção econômica. Quanto ao posicionamento político das lideranças e membros da elite da província do Rio Grande do Norte, independentemente de ser Conservador ou Liberal, colocam-se favorável quanto ao fim do trabalho escravo e unem-se em prol desta causa na Sociedade Libertadora. Deste modo, numa decisão praticamente unânime, a escravidão deixa de ter qualquer apoio e seu fim era dado como certo no território potiguar. Este aspecto representa que o fim da escravidão, neste momento, superava as diferenças políticas. Em suma, vale destacar que este posicionamento político leva em conta os interesses dos senhores (elite) potiguares, que não residia na permanência do trabalho servil, que era considerado retrógrado e, conforme observado em províncias que aboliram a escravidão, não indicava diminuição na produção econômica.

Entretanto, o Império iniciava o ano de 1888 com um “governo escravista”,⁷¹ que tinha a intenção de prorrogar o fim do trabalho servil o quanto fosse possível, com um discurso que não era a favor da escravidão, mas que ela deveria ser mantida devido às circunstâncias⁷². Eis um possível vestígio para justificar a criação de um grupo abolicionista na capital potiguar, posto que não visualizava-se num horizonte da política nacional o fim da escravidão, ao menos no início de 1888. Destarte, o grupo potiguar objetivava o fim da escravidão no seu território para servir de exemplo para que o mesmo ocorresse nas demais províncias.⁷³

Na ata de sua fundação, no discurso proferido pelo Dr. Pedro Velho, foram propostos e nomeados associados para exercer funções, como: presidente, secretários e tesoureiro. A função de presidente da associação, aceito por unanimidade, foi ocupada pelo vigário João Maria Cavalcante de Brito,⁷⁴ um indivíduo religioso que consideravam acima de qualquer paixão partidária e que já lutava em prol dos escravos. Para a função de secretários foram indicados Oliveira Santos e Major Antonio Pinheiro, respectivamente, primeiro e segundo. Já

⁷¹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 44.

⁷² ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 51-84.

⁷³ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 45.

⁷⁴ Pe. João Maria Cavalcante de Brito, também chamado de “João de Deus”, “Pastor dos Pobres”, “santo de natal” foi um famoso religioso potiguar que ficou conhecido por ajudar aos pobres, doentes e abrigar escravos fugidos. Desde 2002 foi aberto um processo de beatificação, o qual se encontra em andamento. De acordo com o periódico, a escolha do vigário estava relacionada com a questão da divergência partidária que compunha a Sociedade Libertadora, uma vez que era uma figura que: “por seu carácter religioso estava fora e acima de qualquer paixão, para tornar-se segura garantia de união e concordia entre os associados.” *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed. 1. p. 2.

a função de tesoureiro foi indicado o nome do capitão Urbano Barata. Estes compunham a diretoria da Sociedade. Além destas funções, foram designadas duas comissões executivas, sendo cada uma composta por 12 membros, uma Cidade Alta e outra Cidade Baixa.⁷⁵

No exemplar de lançamento, o periódico trazia um resumo das principais questões discutidas pelo grupo em reunião, sendo registrada no periódico como ata. Na ata da 1ª sessão da Sociedade, além de sua fundação, a concessão de 08 cartas liberdade e, ao término, registrou-se a assinatura de 54 associados e arrecadação, voluntária e espontânea, de um total de 126\$000 (cento e vinte seis mil réis) com a finalidade de quitar despesas da publicação e outras que poderiam vir a surgir.

Ainda nesta primeira edição, destaca-se o Manifesto Abolicionista com uma linguagem que busca sensibilizar o leitor, exibia o que representaria o ato de apoio ao fim da escravidão, considerado como: ato de patriotismo, civilizado, promotor do progresso e cristão. Em relação ao Manifesto, em seguida, analisaremos alguns trechos principais.

Inicialmente na década de 1860, o movimento abolicionista era considerado elitista, conforme destaca Angela Alonso no capítulo I do livro *Flores, Votos e Bala*. Já na década de 1870 e 80, passou a ser mantido pelos políticos num contexto circunstancial,⁷⁶ ou seja, devido a dependência do trabalho escravo, principal mão de obra para a produção econômica, argumentavam-se o aspecto de que era a circunstancia que levava a permanência da escravidão. Na década de 1880, com uma grande adesão popular, o movimento ganhou as ruas, e a pressão pelo fim da escravidão advinha de toda a sociedade, não se limitando num determinado grupo social. O fato de contar com o público de classes diversas, como destaca Angela Alonso, foi uma razão para o crescimento do movimento⁷⁷. Na província potiguar houve um discurso de caráter popular que pode ser percebido nas primeiras palavras do Manifesto Abolicionista que, na prática necessitasse da contribuição dos associados, possuía o tom de conclamar o povo potiguar para a causa: “Povo Rio-Grandense – briosos filhos do norte!”. Com frases interrogativas que conotam um sentido de obviedade, ou seja, que possuem a intenção de induzir para uma questão clara e racionalmente uma ideia comum, que demonstra um ato de patriotismo, assim:

⁷⁵ Cidade Alta é o bairro mais antigo de Natal, que fora, segundo Câmara Cascudo: “o alto elevado e firme procurado por Jerônimo d’Albuquerque em dezembro de 1599”. O segundo bairro mais antigo, a Ribeira, em oposição ao primeiro bairro também é conhecido por Cidade Baixa. Segundo Cascudo, “Ribeira porque a praça Augusto Severo era uma campina alagada pelas marés do Potengi.” In: Cascudo, Luiz da Câmara. *História da Cidade de Natal*. Cap. XV. Cidade-Alta e Ribeira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980. p. 124-137.

⁷⁶ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 23-84.

⁷⁷ Idem. p. 146.

Não vêdes como da consciência de cada cidadão se ergue uma chamma ardente e fulgida, que se vai reunir na alma coletiva do povo soberano, formando um vasto e grandioso incêndio de patriotismo?

Não vêdes como se desmorona, esfacelado e podre, o colosso do escravismo, que a consciência não pode mais encarar, sem pejo e sem horror?

Não vedes como o paiz inteiro se pronuncia pela morte de uma instituição, que cava entre nossa querida patria e o resto do mundo culto um valle profundíssimo de trevas e de lagrimas, que só flores virgentes da liberdade poderão encher e ocultar aos olhos do futuro?

Não vêdes como esperamos trêmulos e envergonhados os severos juízos da história, quando ella ensinar aos povos do porvir, que nesta terra a escravidão fez penetrar tão fundo as suas envenenadas raízes, que cem anos depois da revolução franceza ainda os homens se dividião em escravos e senhores?⁷⁸

Inicialmente, o Manifesto destaca que esse sentimento e ideia comum que vem se espalhando com o povo é um ato de patriotismo, mais do que um ato em prol do benefício da província, o apoio ao movimento representaria um ato de demonstração de amor ao Brasil. Esta situação revela que a instituição escravista era considerada mais um “peso” para a nação e que a defesa do fim da escravidão era um argumento que visava atender aos interesses da elite, em que a liberdade do cativo era consequência disto.

Em seguida, com uma interrogação, questiona a insustentabilidade do trabalho servil, no momento em que a pressão quanto ao fim da escravidão toma maior dimensão. O apoio à escravidão vinha caindo a cada dia, somando-se a adesão ao abolicionismo nas camadas populares, da imprensa e de órgãos institucionais. Sendo ela extinta dos países cultos⁷⁹, a escravidão passou a ser considerada um empecilho para o Brasil, caso desejasse igualar-se ou aproximar-se com os padrões de civilização destes países, que desde há algum tempo defendia o trabalho livre.

Os argumentos defendidos no periódico, assim como na fala de lideranças abolicionistas, muitas vezes advogavam a causa dos não escravos. Afinal este movimento não tinha intenção, quanto a maior parte dos seus seguidores, de tirá-lo da condição de escravo para a de cidadãos capazes de exercer a cidadania plena, mas apenas de substituir a escravidão por um sistema de trabalho livre. Uma vez que na constituição havia limitadores para exercerem participação política, inclusive nas eleições, na qual o ex-cativo eram os principais atingidos.

Alguns discursos apresentados no periódico se caracterizam numa tentativa de isentar os senhores “inconscientes”, que eram aqueles que não possuíam consciência do mal

⁷⁸ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed.1. p. 2 e 3.

⁷⁹ *Idem*. p. 2.

causado e serem legitimadas as atitudes (de violência e castigos que podiam levar até a morte) com o pressuposto de que objetivavam “corrigir” o escravo. Como aparece no periódico da Sociedade Libertadora quando argumenta defender duas libertações, como descrito a seguir:

A ideia do dever e as imposições cathegoricas da moral civilizada não podem achar-vos surdos a um apelo, em que se pedem duas libertações: - a **dos captivos, e a dos senhores que praticão inconscientemente a maior das injustiças!**⁸⁰ (Grifo meus)

Cabe salientar que tal discurso parece ter um caráter mais moderado e pacífico para encaminhar o fim da instituição servil, porém não havia uma voz uníssona entre os abolicionistas sobre esta questão.

Seguindo a análise, o Manifesto Abolicionista definia uma data limite para acabar com a escravidão na província, a partir da criação do grupo foi projetado o prazo de um ano para atingir este objetivo. Tal aspecto nos remete a uma indeterminação quanto ao fim do trabalho escravo, para os abolicionistas desta província não era dada como certa que a escravidão acabaria em 1888, e eles não foram os únicos⁸¹ que pensavam desta maneira. O que à luz da fonte pesquisada indica que os abolicionistas almejavam não precisar da lei para pôr fim ao trabalho escravo no Rio Grande do Norte, além de autoproclamar como os grandes responsáveis pelo fim da escravidão no RN. Tal aspecto possibilitava que os donos de escravos conduzissem a abolição sem grandes transtornos e conflitos, permanecendo os indivíduos nas mesmas posições sociais, só deixando de lado a classificação senhores e escravos.

O modo como o grupo objetivou eliminar a escravidão do RN era pelo convencimento dos leitores do seu periódico, através de argumentos que indicassem que a manutenção da escravidão era um ato retrógrado, antieconômico, incivilizatório e contra a moral. Assim sendo, não há no periódico menção a qualquer tipo de reembolso em troca da liberdade de cativos, o que corrobora com o argumento que a abolição da escravidão atendia, economicamente, aos ensejos dos proprietários de escravo, acarretando tal retórica a ganhar um sentido específico. Reforçando seu argumento, lembrava que o ano de 1889 marcava o centenário da revolução francesa, símbolo de luta pela igualdade dos homens, sendo pesaroso ainda ter homens sem direitos, como ocorria com os escravos.

⁸⁰ Idem. p. 3.

⁸¹ No ano de 1888 foram criados mais 08 grupos abolicionistas, não sendo citado o Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-grandense. In: ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ANEXO. p. 446.

Quando a primeira aurora de 89 viesse dourar os nossos horisontes, essa terra deveria recebe-la entre galas festivaes e risos de alegria, annunciando-lhe a boa nova de que já não tínhamos escravos!

Seria triste e doloroso que a data gloriosa que relembra o maior acontecimento dos annaes da humanidade, após a pregação de Christo, essa grande revolução que proclamou os direitos do homem – ainda viesse encontrar neste paiz milhares de homens sem direito algum!⁸²

A abolição também contou com o apoio do Exército, que na guerra do Paraguai contou com a participação de escravos, nem sempre voluntária,⁸³ que obtiveram a liberdade, após a guerra, através do decreto assinado em 6 de novembro de 1866.⁸⁴ A partir disso, nos anos seguintes, ocorrem casos de insubordinação nos meios militares, como forma de apoio ao movimento abolicionista. O apoio militar a causa abolicionista, que representaria a perda da força do Estado para manter a escravidão, foi concretizado com a entrega da petição de Manuel Deodoro da Fonseca à regente, na qual a instituição se recusa de capturar escravos em fuga.⁸⁵ Com base neste aspecto, o Manifesto utiliza o apoio do Exército para demonstrar que os escravistas estavam solitários na ideia do fim da permanência do trabalho servil e reforçar as fugas dos escravos, tendo em vista que

Se os escravos se evadissem todos, o que não nos deveria causar grande surpresa, porque era o q' procuraria fazer cada um de nós, se o fosse, o exército não iria dar-lhes caça para restituil-os ao *bacalhau* e ao tronco! Não, mil vezes não.⁸⁶

O trabalho escravo, que por mais de três séculos sustentou a economia do Brasil, agora descrito como a causa maior do atraso e o empecilho na direção do progresso da nação, nos argumentos abolicionistas da Libertadora questionou-se a permanência deste. Assim a escravidão passou a ser percebida não pelo mal infligido aos negros, mas pelos fatores negativos que causava à sociedade.⁸⁷ O Manifesto Abolicionista do grupo potiguar também segue esta lógica de discurso, no qual sua base parece estar guiada mais por questões de ordem econômicas, em que o trabalho livre é considerado mais interessante, do que por questões sociais. Logo, ainda que haja um discurso de liberdade baseado no principio de

⁸² *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed.1. p. 4.

⁸³ Ver: BALABAN, M. *Voluntários involuntários: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX*. Revista Mundos do Trabalho, UFSC. v. 01, p. 221-256, 2009.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p. 43.

⁸⁵ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 330-332.

⁸⁶ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed.1 p. 3.

⁸⁷ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987. p. 68.

igualdade, não transparece no seu discurso uma preocupação com a condição em que este escravo será inserido na sociedade, conforme afirma o periódico.

As vozes do patriotismo estão proclamando a toda hora que a libertação dos escravos é uma cauza que não comporta mais delongas!
A escravidão comprime dolorosamente a alma da patria, envergonha-a e degrada-a, sem ter ao menos a atenuante utilitária e pratica de ser indispensável!
O Brazil não precisa da escravidão para manter o equilíbrio de sua economia social. Pelo contrario tem sido ella a causa mais poderosa do retardamento do seu progresso, em todos os sentidos! É má, é humilhante e é injusta!”
Guerra pois à escravidão!
Batalha sem treguas ao escravismo! E viva a abolição! viva o brioso povo rio grandense! Viva a patria brasileira, que não quer mais escravos, e nem precisa deles! Todos os filhos desta esplendida e heroica filha de Colombo devem ser cidadãos homens livres!! – Viva a liberdade!!!⁸⁸

As manifestações de liberdades de escravos na província, enviados pelos correspondentes da Sociedade Libertadora, sempre ocupara espaço no periódico, sendo algumas marcadas por grandes comemorações, como foi no caso da “Festa de Estivas”. Num único encontro resultou na libertação de mais de 30 escravos⁸⁹, sendo 15 libertos pelo proprietário do engenho e os demais foram por senhores presentes na comemoração, que também se sensibilizaram com a causa e libertaram os seus servís.

Muitos senhores aproveitavam uma data especial (como aniversário ou homenagem a falecido) para dar liberdade ao escravo, sendo o estímulo que resulta nestas ações os mais diversos, conforme exemplifica o periódico:

A Exma. Sr.^a D. Josefa Bizerra Cavalcante Rocha Filha, em visita à família do professor Euzebio Cavalcante, e em honra àquelle lar, onde já se não ouve sem horror a palavra escravo, e mais em homenagem à sagrada memoria de seu ilustre esposo, o Coronel Philippe Bezerra Cavalcante, libertou os seus dois últimos escravizados – Manoel e Caetano.⁹⁰

Em se tratando do Rio Grande do Norte, onde a “maré” alta da liberdade atingia toda a província, a concessão de liberdade era uma oportunidade de o senhor conseguir a gratidão do escravo e representar uma atitude honrosa através do periódico, como no caso acima, perante a sociedade.

Como mencionado por diversos autores já citados neste texto, em 1888 o movimento abolicionista ganhou apoio de indivíduos de vários segmentos sociais, sendo este um dos

⁸⁸ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed.1 p. 3.

⁸⁹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 8 de janeiro de 1888, Ed.1 p. 5.

⁹⁰ *Idem*. p. 7.

motivos principais para Angela Alonso considerá-lo como “o primeiro grande movimentos social” no Brasil. Em relação ao RN parece também convergir para este enquadramento, pelo menos quando seguimos o discurso inicial do jornal, em que não discriminava quem poderiam ser os sócios do jornal, quando na convocação de pessoas para unirem-se ao grupo fazia a seguinte declaração:

OS SOCIOS DA “LIBERTADORA”: A *Libertadora Norte Rio-grandense*, sendo uma associação genuinamente popular, ninguém precisa de convite ou apresentação para ser admitido sócio. Todo cidadão, verdadeiramente amigo da causa abolicionista, pode dar seu nome ao tesoureiro da sociedade, oferecendo uma esportula qualquer para as despesas de propaganda.⁹¹

Porém, com o transcorrer do tempo, estipula-se uma taxa mensal dos associados, não permitindo que qualquer pessoa fizesse parte do grupo.

A conjuntura política nacional parecia refletir ou atingir o movimento abolicionista do RN, como mencionado no início deste capítulo, pois a saída de Cotegipe, considerado pelo periódico “o mais temível e ostensivo inimigo da liberdade”,⁹² é comemorada e renova a crença na luta contra a escravidão. A pressão e a paciência estavam presentes, inversamente proporcional, no movimento abolicionista da província potiguar, o que era evidente no voto de confiança ao novo governo, composto pelos senadores João Alfredo e Antônio Prado, com a exigência de medidas rápidas e objetivas, a fim de que não fosse postergada a “morte” daquela que era considerada a maior causadora de males para a sociedade brasileira, a instituição da escravidão. Em grande parte, isso ocorreu devido ao histórico de participação destes dois políticos na luta em favor dos escravos, como na votação de leis anteriores. Assim, manifestou-se o Boletim Abolicionista quanto ao que era esperado do novo governo:

E força é confessar que na situação governante, é este o único gabinete capaz de secundar os nossos esforços, capaz de deixar um rasto luminoso na história pátria, decepando a cabeça da hydra fatal e venenosa que tanto tem estragado e corrompido a organismo da sociedade brasileira. Não ha meio termo: ou o golpe é de extermínio e o partido que o desfecha é forte pelas suas ideias e pelas suas convicções, ou, no caso contrário, será um simples paliativo com que se procure iludir a opinião geral do paiz e então deveremos todos repelir a afronta, em nome de uma consciência – a nossa liberdade.⁹³

⁹¹ Idem. p. 8.

⁹² *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, Ed. 6. p. 41.

⁹³ Idem. p. 42.

Com o avançar dos acontecimentos, principalmente a mudança de governo, o fim da escravidão parecia estar mais próximo, porém o Boletim noticiava que para a população potiguar não se fazia necessário a lei escrita para que a escravidão acabasse, pois consideravam que esta lei estava “escrita nas páginas do livro da nossa consciência”, se referindo aos senhores potiguares. Ocorrendo mais uma demonstração de que o controle e a condução do processo do fim da escravidão eram direcionados pelos senhores⁹⁴ potiguares, pois em nenhum momento aparecem no periódico discursos que fossem direcionados aos escravos. Além do que, se adiantar a lei, poderia ser uma atitude estratégica dos senhores para que o fim da escravidão, na província, fosse legitimada por eles, sem causar danos ou surpresas, uma vez que a escravidão aparentava que poderia durar poucos anos.

Diante deste capítulo procurou-se apresentar os argumentos exibidos no periódico que justificassem sua criação, num contexto ainda de incerteza quanto ao fim da escravidão, quando o Brasil era dirigido por um “ministério escravista” e que não sinalizava de maneira contundente que o fim da escravidão se aproximava. A fim de melhor compreensão deste clima de incerteza quanto ao fim do trabalho escravo, é preciso não perder de vista os três últimos anos da escravidão legal no Brasil (1885-1888) marcado por debates e mudanças políticas, que iniciaram a partir dos debates instigados pelo projeto Dantas, em 1884, até o governo de João Alfredo que resulta na lei nº. 3.353 (Lei Áurea). Nas entrelinhas do periódico é possível identificar uma perspectiva pessimista quanto ao fim do trabalho servil em 1888, quando se almejava extingui-lo da província potiguar em um ano. Quanto aos discursos dos abolicionistas potiguares, voltava-se para um diálogo com os senhores, como sendo os responsáveis por conceder a liberdade aos escravos e livrar a província de uma prática que, naquela altura do século XIX, era considerada retrógrada e incivilizada.

A partir do exposto, retornamos para a questão principal deste capítulo: o porquê da criação deste periódico? Em consequência da onda abolicionista que tomava conta do país e do baixo número de escravos na província, o jornal foi criado como uma ferramenta utilizada por este grupo abolicionista para registrar, propagar e incentivar a ideia da abolição da escravidão do território potiguar, além de dar visibilidade a um discurso da elite para toda a província em que procura passar uma imagem de indivíduos possuidores de prática “progressista”. Nesse sentido, também buscavam se antecipar à lei para que a abolição ocorresse de forma controlada e pacífica, sem que causasse grandes transtornos e problemas à

⁹⁴ Como também ocorria no discurso do periódico *O Asteróide*, do recôncavo baiano, In: SOUZA, Jacó dos Santos. *Voices da Abolição: Escravidão e Liberdade na imprensa abolicionista Cachoeirana (1887-1889)*. 2010, 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História Regional e Local, Santo Antônio de Jesus. p. 82.

ordem da sociedade potiguar. Da mesma forma, outro aspecto positivo, o ato de conceder liberdade dava visibilidade aos senhores na província, ao ter seu nome citado no jornal de circulação gratuita.

Vejamos a seguir, com mais detalhes, como agiam os abolicionistas potiguares e como ocorreu a comemoração da abolição da escravidão, na capital da província potiguar.

Capítulo 3 - DEPOIS DO MANIFESTO: A AÇÃO DOS ABOLICIONISTAS POTIGUARES E A COMEMORAÇÃO DA ABOLIÇÃO.

Os Chefes do governo acabão de manifestar-se pela extinção do elemento servil. O parlamento quererá desta vez dár o golpe final nesta inadiável questão? Parece que sim; todos o esperão, todos sinceramente o desejão; nesta província pelo menos a opinião vai-se universalizando.⁹⁵ (grifos meus).

A mudança política era prenúncio de uma situação mais favorável ao fim da escravidão, ao menos na ótica dos abolicionistas potiguaros, como indica a penúltima edição do periódico no trecho destacado acima. A abolição da escravidão foi concretizada no Império e antecipou-se ao objetivo do grupo abolicionista potiguar, confirmando o otimismo indicado pelo vento da liberdade que sopravam no Município Neutro. Igualmente, a ideia abolicionista universalizava na província, sendo em parte resultado da ação do grupo abolicionista.

Dito isso, dividimos este capítulo em dois momentos. O primeiro em que objetivamos detalhar, nas demais edições, como agiam os membros do movimento para estimular e provocar que outros senhores aceitassem o fim da escravidão, ao libertar seus cativos. E, na segunda parte, com a chegada da notícia da abolição, a província, assim como a capital do império,⁹⁶ ficou em festa e júbilo pelo decreto da lei assinado pela princesa Isabel, quando grande parte da população demonstrava apoiar o fim desta instituição. Em meio a isso, a segunda parte procura mostrar como foi recebida e celebrada a notícia da abolição da escravidão pelos abolicionistas potiguaros, através da edição de comemoração do boletim.

1ª parte: Como agiam os abolicionistas potiguaros

Na seção “Propaganda Abolicionista”, já mencionada no capítulo anterior, além de informar o movimento do cenário político de mudanças como, por exemplo, a entrada do “gabinete 10 de março”, favoráveis ao fim escravidão, indicando um futuro mais otimista quanto ao fim do trabalho servil, isto também convinha para estimular os senhores potiguaros na adesão ao movimento abolicionista. Ao trazer nos parágrafos finais uma retórica direcionada aos potiguaros que possuíam escravos, como a ideia de igualdade humana entre senhores e escravos, ilustrado no exemplo a seguir:

⁹⁵ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 15 de abril de 1888, p. 58.

⁹⁶ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 358 – 360.

Não deixemos que preponderem em nossos corações outros sentimentos que não seja – o da igualdade humana – e continuemos todos a trabalhar como até agora, unidos, fortes e invencíveis.

Rio Grandenses do Norte ainda uma vez appellamos para os vossos sentimentos e para a vossa autonomia, encarecendo a necessidade que temos de arrancar, quanto antes de nossa frente a infama e a ignominia que nos foram lançadas por um passado de erros e de trevas.⁹⁷

Trechos como este leva-nos a ratificar uma fala direcionada para os senhores proprietários de escravos, com argumento direcionados aos seus sentimentos para colocar a província na distinta posição alcançada pelo Ceará e o Amazonas, porém de modo que isso ocorresse pela ação dos senhores, de forma pacífica, sem que fosse preciso ou estimulado ações de violência para conquistar tal objetivo. Portanto, o único momento que encontramos um discurso voltado para os escravos ou que enaltece a fuga do cativo aparece apenas no “Manifesto Abolicionista”, ainda que de forma indireta.

A escravidão passou a ser criticada, da mesma forma que ocorria em outras províncias, em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica⁹⁸, e a imprensa potiguar serviu como *locus* principal destas críticas em 1888. No caso do *Boletim da Sociedade Libertadora*, noticiar a libertação de escravos, dando destaque aos senhores, era prática presente em todas as edições, que conjecturamos consistir como uma estratégia utilizada pelo periódico para estimular a libertação de cativos, aproveitando também para a criação de uma representação da imagem de senhores benévolos. Afinal, a demonstração de adesão ao movimento abolicionista resultava no registro do nome do senhor na próxima edição do periódico, que circulava em vários recantos da província potiguar, de forma moralmente enaltecida, devido ao ato de concessão da liberdade e o tornando conhecido por ser uma pessoa possuidora de nobres sentimentos e gestos, e ao mesmo tempo obtinha a gratidão dos cativos que, por não possuir outro local onde trabalhar, permaneceriam exercendo funções na propriedade do senhor.

A seção “Gazetilha” era o local que concentrava as notícias de libertações ocorridas na província. Além disso, indicava que a recepção à causa abolicionista se dava de forma intensa, sendo despertada na maioria dos senhores, como a afirmação de que

⁹⁷ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 43.

⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p. 14.

Nunca uma ideia se impoz de modo tão sympathico e animador, como esta, que teve a força de despertar em todos os corações com miseração pela sorte de tantos infelizes, que gemem sob o pezo da mais requintada perversidade humana.⁹⁹

Fazendo uso da mesma estratégia utilizada para incentivar os senhores, na “Gazetilha” também ocupara espaço as localidades que se tornavam livres do trabalho escravo, sendo citadas como locais de elevada generosidade e outros bons sentimentos (como patriotismo e cristianismo), servindo de exemplos para os demais locais, em decorrência de extirpar a escravidão, como é destacada a vila de Goianinha, como podemos observar a seguir: “A villa de Goianinha não possui mais escravos [...] Esta grande diminuição da cifra em tão pouco tempo dá a medida dos sentimentos **alevantados e generosos** dos Goianinhenses [...]”.¹⁰⁰ (Grifos meus).

O argumento usado para convencimento também estava atrelado ao aspecto econômico. Enquanto muitos escravistas discursavam que a liberdade dos escravos seria uma intervenção do governo na atividade privada, uma vez que o escravo era considerado uma propriedade, por outro lado, os defensores abolicionistas defendiam que o trabalho livre já trazia mais benefícios financeiros do que o regime de servidão,¹⁰¹ argumento este utilizado pelas nações¹⁰² ditas evoluídas a pressionar e incentivar o Brasil a adotar o trabalho de mão de obra livre. Este discurso de base econômica também apareceu no *Boletim da Sociedade Libertadora* através de uma análise relacionando às leis emancipacionistas aprovadas e o crescimento econômico. Queria, com tal argumento, demonstrar que estas leis não afetavam de forma alguma a produção econômica, pelo contrário a economia mantinha-se positiva e em ascensão, como descrito a seguir:

A verdade d’estas leis econômicas acha-se constatadas entre nós pelos lisonjeiros resultados que as reformas emancipadoras têm produzido. Com efeito, extinto definitivamente o trafico em 1850, a exportação que, como já dissemos, n’este anno fora apenas de 57 mil contos, logo no exercício seguinte attingio a 67 mil, elevando-se progressivamente, já em 1865-1866 alcançava a somma de 157 mil contos. Do mesmo modo, promulgada a lei de 1871, a respeito da qual erão tão tenebrosos os horóscopos dos escravistas, a receita do Estado que em 1870-71 foi de 101 mil contos, no exercício seguinte subio a 117 mil, e em 1881-82 já attingio a somma de 149 mil contos.¹⁰³

⁹⁹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 47.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. . 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008. p.52-53.

¹⁰² Não só a Inglaterra pressionava para o término do regime de escravidão, como destaca Angela Alonso, “em 1869, a Associação Internacional de Paris enviou moção [...] em defesa de medidas emancipacionistas.” In: ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 46.

¹⁰³ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 1 de abril de 1888, p. 52.

A motivação para a concessão de liberdade dos cativos, além dos grandes aspectos de influência geral, também possuíam um caráter individual, como indica Câmara Cascudo, “em qualquer solenidade lembrava-se o negro. Nos testamentos, alegrias domésticas, muitos escravos ganhavam a liberdade condicional”.¹⁰⁴ O aproveitamento do ato para realizar homenagens diversas (seja de alegria, como data de aniversário, ou de tristeza, como o aniversário de morte de ente da família) ou seguir o exemplo de alguém conhecido, desde que fossem consideradas interessantes ou desejo dos senhores. Dentre os atos mencionados nos periódicos, encontra-se um que ocorrera em homenagem e lembrança de 07 anos da morte de um senhor, sendo libertados 18 escravos, como destaca o periódico

No dia 1º do corrente, a Exmª Srª Baroneza do Ceara-mirim e seu digno filho, o sr. Alexandre Varella do Nascimento, associando o sentimento de bem à dôr e à saudade que se apoderaram de seus bondosos corações por ocasião do sétimo aniversario do falecimento do seu sempre lembrado esposo e pai, o Barão do Ceará-mirim, concederam carta de liberdade aos últimos 18 escravizados, que ainda existiam em sua companhia ...¹⁰⁵

Desta forma, evidencia que os discursos de uma sociedade libertadora no Rio Grande do Norte buscavam convencer que a escravidão não possuía atrativos para este grupo, sendo este o principal estímulo para a libertação dos escravos na província, preponderando o discurso econômico, político e moral dirigido aos proprietários de escravos. Quanto aos escravos, são praticamente excluídos deste processo no RN, sendo encontrada uma menção curta e indireta a estes apenas na primeira edição, nas demais quando aparece o nome do cativo é para destacar quem o concedia a liberdade.

Este movimento abolicionista potiguar possui uma característica singular frente a outros movimentos ocorridos, ao se declarar popular sem abranger a todos, pois era cobrada uma taxa mensal que limitava a adesão ao grupo. O que permite considerarmos que o movimento abolicionista não pode ser visto como algo homogêneo, afinal, as estratégias, os atores, os objetivos e os significados de cada grupo eram múltiplos, em especial quando comparado com as províncias que possuíam grande número de escravos. Além do mais, o senhor tinha a oportunidade de torna-se conhecido por demonstrar generosidade através do ato de liberdade, ao ter seu nome citado no periódico.

¹⁰⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. p. 188.

¹⁰⁵ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 18 de março de 1888, p. 47.

O encerramento do jornal, logo após a abolição, parece materializar a real intenção do grupo, que era livrar a província do “fardo” da escravidão. O senhor ao mesmo tempo em que realizava uma demonstração de generosidade, através da concessão de liberdade, ao se antecipar à lei, também agia para que o fim da escravidão ocorresse debaixo das suas vistas, sob seu controle, evitando uma situação desconfortável. Além do que, os senhores optam pela liberdade dos cativos levando em conta a opinião destes e procurando “agradá-los”, que, em muitos casos, por não ter tantas opções, viam-se obrigados a permanecer trabalhando no mesmo local, sem que ocorresse uma grande mudança na ordem social da província. Diante do exposto, parece que temos um final feliz para os senhores, pois os seus poderes locais são mantidos e da mesma forma os ex-escravos continuam dependente e sem oportunidades longe dos senhores.

2ª parte: A comemoração da abolição na província potiguar

A comemoração quanto ao fim da escravidão no RN teve início na sede do Clube Familiar, em 14 de maio, concentrando uma “multidão de pessoas de todas as categorias sociaes”¹⁰⁶ no local. Lá foram proferidos discursos entusiasmados saudando a abolição, os abolicionistas e a princesa Isabel. Em seguida, realizaram uma passeata pelas principais ruas de Natal. O abolicionista Dr. Oliveira Santos, assim como outros membros Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense, publicou no periódico abolicionista um texto em que saúda “o Parlamento brasileiro, a Sereníssima Princeza Imperial Regente, o patriótico Gabinete 10 de Março, o ilustre Presidente do Conselho, a imprensa do paiz, o povo brasileiro e a nossa Pátria livre!”.¹⁰⁷ Apesar do apoio e da alegria com a conquista desse acontecimento, nos registros da edição de comemoração da abolição são deixadas de lado os maiores interessados no processo, os próprios escravos, os quais não são mencionados como presentes neste momento de celebração de sua liberdade. O sentido desse silêncio é fácil de decifrar: para os abolicionistas potiguares, intencionava legitimar-se como os protagonistas do fim da servidão no RN.

A princesa Isabel não figurou em segundo plano nos discursos de comemoração quanto ao fim da escravidão, embora haja estudos que indiquem uma tendência política por

¹⁰⁶ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 20 de maio de 1888, p. 66.

¹⁰⁷ Idem. p. 67.

trás deste tipo de discurso,¹⁰⁸ o qual não se pretende deter este texto. Os abolicionistas potiguares evocam a Regente como uma das personagens centrais, sendo saudada e intitulada como uma representação dos sentimentos femininos, considerada motivo de orgulho para as mulheres, como destacou um membro da Sociedade Libertadora que não se identificou nos escritos: “E como as mulheres sentem-se cheias de orgulho e entusiasmo ao saberem que esta grande obra da abolição foi completada pela Imperatriz Regente, que neste passo adiantado e heroico mostrou de quanto é capaz o coração feminino!”.¹⁰⁹

O aspecto político também é lembrado pelo boletim, principalmente a participação do “gabinete de 10 de março”, mencionando-os como um dos grandes colaboradores para aprovação da lei n. 3353, conhecida como “Lei Áurea”. Numa saudação à abolição, Luiz Emygdio declara: “Glória a Deus nas Alturas! – Honra ao gabinete 10 de Março!”.¹¹⁰

Quanto a última edição do boletim abolicionista, na capa, em letras garrafais, comemorava-se o fim da escravidão com a saudação de: “Salve, a Patria Livre!”.¹¹¹ Em seguida, destacam-se as leis que conduziram ao fim da escravidão¹¹² durante o século XIX, com exceção para a lei dos sexagenários de 1885, sendo mencionado no seu lugar o projeto de 1884. Além de não deixar de registrar as províncias que se anteciparam à Lei Áurea e aquelas em que o fim da escravidão se daria sem grandes dificuldades (como Rio Grande do Sul, São Paulo e o próprio Rio Grande do Norte), levando um dos abolicionistas potiguares a afirmar que o “Rio Grande do Norte pode dizer com orgulho: em meu território muito pouco encontrou a fazer a grande lei, que aboliu a escravidão no império”,¹¹³ em virtude da grande adesão e apoio obtido pelo movimento abolicionista no RN, com a libertação de cativos por várias localidades da província.

A edição de encerramento do boletim ofereceu ao leitor um resumo da história do grupo abolicionista, desde sua recente criação até seu fim, antecipado pela lei áurea. Indicando que o objetivo de criação era “a necessidade de um centro que dirigisse os espíritos e levantasse a grande campanha contra [a] escravidão”.¹¹⁴ Tratava-se, desta feita, de um grupo

¹⁰⁸ DAIBERT JÚNIOR, Robert. 2004, p. 144. Apud SOUZA, Jacó dos Santos. In: _____. *Vozes da Abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. 160f. Tese (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Santo Antônio de Jesus, 2010, p. 130. Segundo a interpretação de Souza, seguindo os estudos Robert Daibert Júnior, o enaltecimento da princesa era destacada pelos monarquistas a fim de promover o Terceiro Reinando.

¹⁰⁹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 20 de maio de 1888, p. 66.

¹¹⁰ Idem. p. 68.

¹¹¹ Idem. p. 65.

¹¹² Convenção Anglo-Brazileira de 1826, Lei de 1831, Lei de 1850, Lei de 1871, projeto de 1884 e Lei de 13 de maio de 1888.

¹¹³ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 20 de maio de 1888, p. 66.

¹¹⁴ Idem.

criado com o propósito de reunir aqueles que eram a favor da abolição para conduzir o movimento abolicionista na província, com difusão e impulsão de incentivos para o fim da escravidão no RN, com o estímulo e adesão de outros proprietários de escravo.

O jornal foi usado como principal meio para propagação do abolicionismo e registro dos atos de liberdades ocorridos na província, possibilitando que todos tomassem conhecimento. Além disso, trazia nesta edição uma descrição sucinta do número do estado servil na província quando promulgada a grande lei, graças a atuação da Sociedade Libertadora, sendo registrado que

Foram apresentados à matrícula, ultimamente procedida na província, 3716 escravizados, e em vista de dados exactos que possuímos e por calculos mais ou menos aproximados, avaliamos em 300 e poucos, no máximo, os que permaneciam no captiveiro, quando raiou a tão almejada aurora de 13 de maio.¹¹⁵

Buscando trazer informações que demonstrassem o avanço do abolicionismo no RN e que serviam para motivar novas libertações, o jornal traz um quadro estatístico (ver figura 2) na penúltima edição que retrata a situação de algumas localidades da província dias antes do fim legal da escravidão. Nele o periódico destaca o baixo número de escravos que foram libertos pela lei de 13 de maio na província do RN, atribuindo tal número à atuação do grupo. Além do mais, o quadro possibilita extrair informações interessantes que indicam, neste intervalo entre 1887 e 1888, o baixo número de libertos a título oneroso, representando menos de 1% dos escravos matriculados em 1887, assim como a maior parte dos cativos ganham liberdade “sem condição”, representando uma porcentagem de quase 62 % do total que foram matriculados.

O debate político não se limitava, no fim século XIX, entre Conservadores e Liberais, o regime imperial também era questionado e dividia opiniões, de um lado os monarquistas e, do outro, republicanos. Tal fato leva até a causar racha entre os famosos abolicionistas da historiografia, após a abolição¹¹⁶. Isso deu-se em consequência do ato de apoio régio a favor da abolição que, ainda que de última hora, levou alguns abolicionistas a, talvez numa forma de gratidão ao desfecho final da escravidão ou descrença numa república, defenderem a bandeira monarquista. Levando-os a vangloriar a abolição através do ato da regente,¹¹⁷ e associá-la, comparativamente, a independência do Brasil, que se espalha como

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 344-346.

¹¹⁷ Ver nota de número 5.

“slogan da campanha desde Abílio Borges: a abolição era a nova Independência”.¹¹⁸ Igualmente ocorre no Rio Grande do Norte manifestação de abolicionistas no Boletim realizando a comparação de igualdade entre as duas datas, no qual mencionava que

O 13 de maio será uma epocha tão memorável para o Brazil, quanto o tem sido o dia 7 de setembro.

Este trouxe a independência para os povos, mas não para um grande numero de oprimidos, os quaes não podiam pronunciar o doce nome de patria, porque uma lei barbara e cruel os obrigava a permanecer sob o governo de homens não menos crueis.¹¹⁹

A associação de datas cívicas para efetivação de atos ligados tanto aos movimentos emancipacionistas como os abolicionistas fora uma constante nos vários grupos que defendiam o fim da escravidão.¹²⁰ Em se tratando da Sociedade Libertadora, como destacado no 2º capítulo, havia menção que relacionava o ano do centenário da Revolução Francesa para pôr fim a escravidão na província, em 1889. Entretanto, o fato da escravidão findar antes da meta do grupo potiguar levou muitos dos associados relacionarem a abolição à independência do Brasil, uma vez que esta relação de datas não ocorreu em outras edições do periódico a não ser na última. Por isso os apoiadores desta causa são denominados como realizadores da “Segunda Independência”.¹²¹

¹¹⁸ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 347.

¹¹⁹ *BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE*, Natal, 20 de maio de 1888, p. 66.

¹²⁰ Ver: NETO, José Maia Bezerra. *A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil*. Almanak, Guarulhos, n.02, p.87-100, 2º semestre de 2011. O autor contextualiza a importância das datas cívicas no império, analisando os atos dos emancipadores e abolicionistas ligados a memória e emancipação política brasileira.

¹²¹ NETO, José Maia Bezerra. *A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil*. Almanak, Guarulhos, n.02, 2º semestre de 2011. p. 93.

ACARY LIVRE. — Esta importante villa central conseguiu brillantemente um lugar no Quadro de Honra da provincia.

Acabou-se alli a escravidão no dia 1º do corrente, sendo este acontecimento muito festejado pelo digno povo Acaryense, a quem enviamos os nossos parabens, com abundancia de coração.

Salve, Acary livre !

CURRAES NOVOS. — Pelo officio que nos dirigio a distincta commissão libertadora do districto de Curraes-novos e que em outro logar publicamos, sabemos que esta povoação libertou todos os escravizados que alli existiam.

Bravo ! Nossos proflaças aos generosos libertadores.

**QUADRO estatístico do estado servil de alguns municipios da Provincia
depois da matricula de 1887**

MUNICIPIOS	Matricula- dos e en- trados até 31 de mar- ço de 1887	Mudança de residencia para outro municipio	Ausentes ou fallecidos	LIBERTADOS					SOMMA	Existentes
				Pelo fundo de emanci- pação	Sem con- dição	Condicio- nalmente	A título oneroso	Por nulli- dade de matricula		
Natal.....	152	3	10	0	128	5	1	0	147	5
São José de Mipibú.....	338	13	11	0	282	29	3	0	338	0
Macalyba.....	149	8	14	0	92	24	1	0	139	10
Goyaninha.....	277	14	14	0	162	39	11	0	240	37
Canguaretama.....	143	0	0	0	111	32	0	0	143	0
Nova-Cruz.....	77	0	0	2	73	0	0	2	77	0
Ceará-mirim.....	458	0	6	2	174	15	3	57	257	201
Jardim.....	104	1	3	1	26	0	1	1	33	71
Imperatriz.....	184	0	5	1	95	0	0	0	101	83
Santa Cruz.....	62	0	2	0	34	0	0	0	36	26
Pão dos Ferros.....	71	0	1	1	33	0	0	0	35	36
Angicos.....	93	0	0	3	90	0	0	0	93	0
São Miguel.....	53	0	2	0	38	0	0	0	40	13
	2,161	39	68	10	1,338	144	20	60	1,679	482

OBSERVAÇÃO

Deixam de ser incluídos os municipios de Mossoró, Curauêbas, e Triunpho por não terem apresentado escravos á matricula

Figura 2: Quadro estatístico, após matrícula 1887, do estado servil de alguns municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 5 meses atuação, em 20 de maio de 1888 era lançada a edição que findava os trabalhos da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense. Esta edição era marcada por manifestações de júbilo por parte dos sócios, posto que o objetivo da Sociedade Libertadora tinha sido alcançado com a lei de 13 de maio. Porém, a retórica trazida no periódico em todas as edições voltava-se, quase exclusivamente, aos proprietários de escravos, e até a edição de comemoração do fim do trabalho servil não mencionam-se os cativos.

De acordo com o periódico, os principais responsáveis pelo fim da escravidão seriam os políticos, a regente e os abolicionistas. Em se tratando da província potiguar, os abolicionistas intencionavam figurar como os grandes protagonistas por tal ato. Aspecto este que leva a considerarmos que o movimento abolicionista não deve ser abordado de forma homogênea, como se ocorresse motivado pelos mesmos interesses e que os componentes tinham intenções e comportamentos iguais. O aspecto heterogêneo parece ser uma característica mais indicada para o movimento abolicionista, como percebido no caso analisado, posto que sua composição e intenção pudessem variar segundo as peculiaridades regionais em que ocorre, podendo ele ser dado por questão de oportunismo.

Cabe salientar que o periódico teve boa recepção na imprensa potiguar, como destacado por Câmara Cascudo, assim como na província como um todo. E, quando chegou a lei de 1888, ela foi facilmente aplicada, uma vez que número de escravos era pequeno.

Com efeito, este trabalho almejou demonstrar como agiam os abolicionistas potiguares, que iniciaram um movimento em 1888. Ainda que tivesse vida curta, o movimento teve o Boletim como principal instrumento para anunciar suas intenções e propagar o abolicionismo nos vários recantos da província, o qual foi nossa principal fonte para compreendermos sobre este grupo. Ainda que seja apontada por pesquisadores, como Viotti, que o fim da escravidão era certo, o periódico analisado não sinaliza desta forma. A incerteza quanto ao fim da escravidão é indicada na sua edição de lançamento, em que grupo demonstra possuir o objetivo de eliminá-la das terras potiguares dentro de um ano, assim não haveria mais escravos no RN em 1889, caso a lei da abolição não ocorresse antes. Tal aspecto indica um indeterminismo quanto ao fim da escravidão, visto que no alvorecer do ano de 1888 o Brasil ainda possuía um “ministério escravista”. Além de que a duração da escravidão não aparentava que seria por muitos anos, os senhores de escravos buscaram se antecipar ao golpe fatal, a lei de 1888, a fim de que este acontecimento ocorresse sob controle dos próprios para

que o poder continuasse na esfera privada e não fosse cedida ao público. Desta forma, ainda tinham a oportunidade de realizar um discurso que legitimassem como os grandes responsáveis por este feito, quando na verdade isso era consequência dos seus interesses.

Ademais, o movimento abolicionista potiguar parece caracterizar-se como uma ação planejada dos senhores, em que objetivava que a liberdade dos escravos ocorresse sem grandes transtornos, em que as posições de domínio e exploração fossem mantidas. Uma vez que os argumentos costumavam ser de ordem econômica, patriótica, política, civilizatória e moral dirigida aos proprietários de escravos, assim sendo após a lei da abolição da escravidão não há mais uma manifestação, nos moldes da Sociedade Libertadora, que se preocupe com a sorte e futuro dos, agora, ex-cativos. E ainda que o RN não tenha se antecipado completamente a lei do fim da escravidão, o objetivo principal havia sido alcançado, o término do regime servil sem grandes transtornos e conflitos entre os senhores e os cativos.

Por fim, esta pesquisa permite a afirmação de que o movimento abolicionista potiguar pode ter tido uma composição majoritária de membros da elite, na contra-mão do que ocorre nas maiores províncias do Império, nas quais a adesão popular era grande. No RN, através da análise da Sociedade Libertadora, os integrantes parecem não estar enquadrados como membros das camadas populares. Mas, isso é uma questão que requer um aprofundamento nos estudos sobre o movimento abolicionista da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Fontes:

I.I: Jornais

BOLETIM DA SOCIEDADE LIBERTADORA NORTE-RIOGRANDENSE. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717630&PagFis=0>>. Acesso em Junho de 2016.

GAZETA DO NATAL. Edições diversas. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721166>>. Acesso em março de 2016.

I. II. Relatórios do governo

Relatório do Ministério da agricultura, de 1887. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1973/>>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

CENSO de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

II. BIBLIOGRAFIA

II.I Livros

ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2.ed. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1980.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 8. ed. rev e amp. - São Paulo; UNESP, 2008.

LYRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro; Typografia Leuzinger, 1921.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico – os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, Ed. UFRJ: EDUSP, 1994.

MOURA, Pedro. *Fatos da História do Rio Grande do Norte*. Companhia Editora R. G. do Norte. Natal. 1986.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

II.II Teses e Artigos

ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito*. In: Sociologia & Antropologia. V. 02.03. p. 21- 41, 2012. Disponível em: < http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/3-ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em junho de 2016.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000289744>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

BALABAN, M. *Voluntários involuntários: o recrutamento para a Guerra do Paraguai nas imagens da imprensa ilustrada brasileira do século XIX*. Revista Mundos do Trabalho, UFSC. v. 01, p. 221-256, 2009. Disponível:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p221>>. Acesso em fevereiro de 2016.

JULIÃO, Valdir. *Igreja retoma processo de beatificação*. Tribuna do Norte, Natal, 28 Set 14. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/igreja-retoma-processo-de-beatificaa-a-o/294373>>. Acesso em maio 2016.

NETO, Provino Pozza. *Ave Libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. Amazonas*. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História Social, Manaus. Disponível em: < <http://www.bdtf.ufam.edu.br/handle/tede/3727>>. Acesso em fevereiro de 2016.

NETO, José Maia Bezerra. *A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil*. Almanak, Guarulhos, n.02, p.87-100, 2º semestre de 2011.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na comarca do príncipe – província do Rio Grande do Norte (1870 – 1888)*. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Disponível em:<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16989>>. Acesso em janeiro de 2016.

PEREIRA, Josenildo de J. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-103448/pt-br.php>>. Acesso em janeiro de 2016.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na vila do príncipe, província do Rio Grande do Norte (1850/1888)*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Natal. Disponível em:<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16945>>. Acesso em janeiro de 2016.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. 2007. 424 f. Dissertação (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em:<<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/handle/123456789/7133>>. Acesso em maio de 2016.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *A sociedade libertadora bahiana e a campanha abolicionista na Bahia (1883-1888)*. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Santa Catarina, Julho, 2015*. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421406_ARQUIVO_XXVIIIANPUH_RicardoTadeuCairesSilva.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da Abolição: Escravidão e Liberdade na Imprensa Abolicionista Cachoeirana (1887-1889)*. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Santo Antônio de Jesus – BA. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/_dissertacoes/jaco_dos_santos_souza.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

ANEXOS

Tabela 1- COMPARAÇÃO ENTRE O PROJETO DANTAS E O SARAIVA-COTEGIPE

DANTAS	X	SARAIVA
Escravos com 60 anos fossem libertados <i>ipso facto</i> e obrigava o proprietário a sustentar os libertos que optassem em ficar na sua companhia, em troca de serviços.		Escravos com 60 anos deveriam conceder + 3 anos de trabalho (podendo ir até os 65 anos)
Valores dos escravos tabelados, conforme a idade.		Valores dos escravos tabelados, mas com níveis mais elevados que a lei anterior.
Taxa em todas as formas de receita do governo com o fim de libertar escravos, exceto do direito de exportação.		Manteve-se a taxa, porém sua distribuição não ficou voltada apenas para a libertação dos escravos, a receita era dividida em três partes. 1/3 – escravos idosos e menos valiosos; 1/3 – escravos que os donos se convertessem para o trabalho livre; e 1/3 – importação de colonos para trabalhar nas fazendas.

Tabela 2 -LIBERTOS SEXAGENÁRIOS REGISTRADOS EM 1886 E 1887

Região	Província	Libertos
Extremo Norte	Pará	26
	Maranhão	452
Nordeste	Piauí	39
	Rio Grande do Norte	07
	Paraíba	34
	Pernambuco	259
	Alagoas	202
	Sergipe	204
	Bahia	1001
Oeste e Sul	Mato Grosso	20
	Goiás	20
	Paraná	10
	Santa Catarina	10
	Rio Grande do Sul	06
Centro-Sul	Minas Gerais	4121
	Espirito Santo	361
	Rio de Janeiro	9496
	Município Neutro	125
	São Paulo	2553
	Total	18.946

Relatório do ministério da Agricultura, 14 de maio de 1888, página 27, citado por CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro; Civilização brasileira, 1975. Apêndices. p. 349.

Declaração de Autenticidade

Eu, Silvanei da Silva Santos, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense e O Fim Da Escravidão No Rio Grande Do Norte” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado em qualquer idioma ou formato.

Brasília-DF, 08 de Julho de 2016.

Silvanei da Silva Santos